

# DATA MERCANTIL

São Paulo



SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM ✓ TRANSPARÊNCIA, ✓ SEGURANÇA E ✓ QUALIDADE.

datamercantil.com.br

SÃO PAULO, Sexta-Feira, 04 de julho de 2025 | edição nº 1313

R\$ 2,50

## GOVERNO LULA PREPARA PACOTE COM NOVAS REGRAS PARA CRÉDITO HABITACIONAL E LINHA PARA REFORMAS

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prepara um amplo pacote de medidas para impulsionar o mercado imobiliário no país. As mudanças incluem um novo modelo de crédito habitacional, com o uso mais flexível de recursos da poupança e mecanismos para fomentar a contratação de financiamentos corrigidos pela inflação. A linha de crédito para reformas e melhorias também será incluída no conjunto de ações. Segundo técnicos envolvidos nas tratativas, o governo deve anunciar pelo menos R\$ 7,5 bilhões para esses financiamentos em 2025 e um valor igual para 2026, ano eleitoral.

Auxiliares de Lula afir-

mam que do Executivo, além do Banco Central e da Caixa Econômica Federal.

Na semana passada, o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, apresentou as propostas a Lula em reunião no Palácio do Planalto. Nos últimos dias, a instituição também intensificou as conversas sobre o tema com representantes dos bancos e do setor da construção.

Segundo interlocutores a par das discussões, o novo modelo de crédito habitacional prevê maior flexibilidade no uso de recursos do SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo).

Hoje, os bancos recebem os depósitos dos clientes na poupança e precisam direcionar a maior parte para operações de financia-

mento imobiliário, além de deixar 20% do valor depositado compulsoriamente no Banco Central. A proposta é que os bancos possam usar uma parte do que hoje está no compulsório, por um período determinado e casado com novos financiamentos imobiliários concedidos pelas instituições. Segundo um técnico, a cada R\$ 1 de crédito, R\$ 1 do compulsório seria liberado.

O dinheiro, porém, não ficaria carimbado como fonte de financiamento (funding) da operação de crédito habitacional. O banco poderia pegar o recurso da poupança e aplicar onde quisesse, inclusive títulos de longo prazo, desde que casado com o prazo de vencimento do empréstimo concedido. Folhapress



## DESTAQUES DO DIA



**BRICS vai discutir a criação de uma “moeda comum” entre os países? Entenda**

**Lula defende tarifas do Mercosul; Milei fala em liberdade juntos ou sozinhos**

**Toffoli aprova plano de devolução a aposentados do INSS com aval a pagamento fora do teto**

**Como acontece um ataque cibernético como o que desviou R\$ 1 bi de contas no Banco Central**



**Nuudo e Feel: skincare íntimo vira aposta de startups brasileiras e movimentando mercado bilionário de beleza**



## NO MUNDO

## Trump fala com Putin antes de ouvir queixas de Zelenski



Um dia antes de ouvir Volodimir Zelenski pedir a volta do envio de armas vitais à defesa da Ucrânia, suspenso pelos Estados Unidos sob a alegação de baixos estoques, o presidente Donald Trump resolveu ter uma conversa de cerca de uma hora com Vladimir Putin nesta quinta (3).

Nela, segundo o relato inicial do Kremlin, ouviu o russo reiterar seus termos para pôr fim à guerra com o vizinho e reabriu as negociações diretas para normalizar relações com Moscou. Elas haviam sido congeladas pelos EUA.

O roteiro reitera a posição pró-Moscou adotada por Trump desde que voltou à Casa Branca. Segundo o

assessor presidencial russo Iuri Uchakov, o republicano voltou a dizer que espera um fim rápido para o conflito que destroça a Ucrânia desde 2022, mas parece ter ouvido o usual de Putin.

O presidente russo, disse Uchakov, afirmou que o conflito só acaba quando ele atingir seus objetivos. A considerar a lista por escrito dada a Kiev na última vez em que negociadores rivais sentaram-se à mesa, que pede de cessão territorial à realização de eleições na Ucrânia, isso pode demorar.

Além disso, os líderes falaram sobre o Irã. Putin voltou a defender uma solução negociada para a questão do programa nuclear do aliado, que foi alvejado em uma guerra

inédita de Israel e dos EUA.

A quinta havia começado algo promissora para Zelenski, com a notícia divulgada pelo jornal britânico Financial Times de que Trump iria conversar com ele. Durou pouco, com a Casa Branca e o Kremlin divulgando que haveria antes o telefonema entre os presidentes.

Na pauta do ucraniano estava o congelamento do envio de mísseis de defesa aérea Patriot e modelos ar-ar para caças F-16, além de bombas guiadas de precisão. São itens de primeira necessidade para Kiev e, embora não seja descabida a justificativa do Pentágono acerca de seus estoques, a notícia causou apreensão na Ucrânia. Igor Gielow/Folhapress

## Ataque a tiros deixa quatro mortos e 14 feridos em rua de Chicago, nos EUA

Quatro pessoas morreram e outras 14 ficaram feridas após um ataque a tiros na noite desta quarta-feira (3) em uma rua de Chicago, nos Estados Unidos.

Tiros foram disparados de dentro de um carro, segundo testemunhas. Ninguém foi preso até o momento e não há informação sobre se o crime teria sido cometido por uma ou mais pessoas.

Dois homens, de 24 e 25 anos, e duas mulheres que não tiveram idade divulgada morreram no local. As outras 14 pessoas feridas têm entre 21 e 32 anos, segundo o canal local Fox 32.

Vítimas estavam do lado de fora de um restaurante quando foram atingidas. Elas tinham acabado de participar de um evento para ouvir um

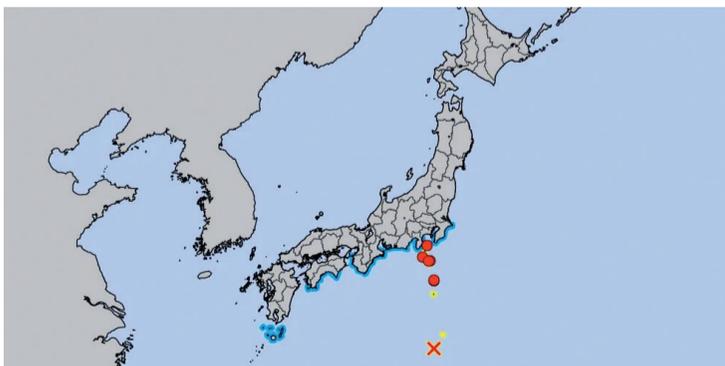
cd da rapper Mello Buckz. "Tudo o que eu posso fazer é falar com Deus e rezar", afirmou a artista em publicação nas redes sociais.

Ao todo, 11 das 14 pessoas feridas são do sexo feminino, segundo as autoridades. Uma pessoa está internada em estado grave e três em "estado crítico" de saúde. As outras 10 não correm risco de morrer.

Motivação do crime não foi esclarecida até o momento. O detetive Justin Peters pediu que aqueles que tivessem informações sobre o caso procurassem a polícia.

Ataque aconteceu na área de River North, bairro movimentado da cidade. O bar onde o evento acontecia abriu no mês de abril e a região é cheia de casas noturnas e restaurantes. Folhapress

## Ilhas no Japão entram em alerta após mais de mil terremotos em duas semanas



O arquipélago de Tokara, no sul do Japão, entrou em alerta após registrar mais de mil terremotos em duas semanas.

Tremores sequenciais - que chegaram a 1.050 - começaram em 21 de junho. O governo tem incluído na conta todos aqueles tremores de magnitude 1 ou superior, e nenhum dano grande foi causado até o momento.

Um tremor maior, de magnitude 5.5, causou a evacuação de casas nesta quarta-feira (02). Moradores da pequena ilha de Aku-

seki, com 89 pessoas, foram orientados a deixarem suas residências e se concentrarem em um playground da escola local, considerado um ponto seguro.

Não há alerta de tsunami ativo até agora. O tremor mais forte dessa sequência, que aconteceu nesta quarta, teve profundidade de 20 quilômetros e foi o maior que já atingiu a região da Vila de Toshima, que abrange o arquipélago.

Ainda assim, a prefeitura vai ajudar moradores que quiserem sair da ilha. À agência de notícias NHK, o

prefeito da Vila de Toshima, Genchiro Kubo, afirmou que moradores de todas as ilhas que seguem tremendo vão poder embarcar nesta sexta-feira (04) de manhã (nesta quinta-feira (03) à noite, no horário do Brasil) em uma barca para a casa de parentes e familiares em outras regiões.

Ninguém ficou ferido até o momento. O alerta segue em vigor porque a chuva se aproxima do arquipélago, o que, somado a tremores de maior magnitude, pode causar deslizamentos de terra. Folhapress

**DATA  
MERCANTIL** São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.  
CNPJ nº 35.960.818/0001-30  
Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo  
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque  
● Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

----  
Rodagem:  
Diária

Fazemos parte  
da



## ECONOMIA

### BRICS vai discutir a criação de uma “moeda comum” entre os países? Entenda



A conversa em torno da criação de uma moeda comum para ser utilizada em trocas comerciais entre os países do BRICS ganhou — e perdeu — força nos últimos anos. A opção poderia questionar a supremacia do dólar americano na economia mundial e fortalecer grandes potências emergentes como a China. Na avaliação de especialistas e integrantes do governo brasileiro, contudo, a medida não deve prosperar.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por exemplo, chegou a defender que os países do bloco (Brasil, Arábia Saudita, África do Sul, China, Egito, Emirados Árabes, Unidos, Etiópia, Índia, Indonésia, Irã e Rússia) utilizassem uma moeda alternativa ao dólar em suas transações comerciais.

Em 2024, o chefe do Executivo reforçou que a criação de uma alternativa ao dólar para comércio entre os países do bloco precisa avançar e não pode mais ser adiada, e defendeu meios alternativos de pagamento. Apesar das falas do presidente, o embaixador Maurício Lyrio, responsável por representar o Brasil no BRICS, desmentiu durante uma entrevista coletiva em fevereiro deste ano os rumores sobre a elaboração de uma nova moeda.

A ideia também foi rejeitada por líderes mundiais como o presidente da Rússia, Vladimir Putin. Em outubro do ano passado, o líder russo classificou o tema como algo “prematureo.”

No lugar, Putin propôs a criação de um sistema de pagamento entre as nações do BRICS. Com isso, o país conseguiria driblar as sanções econômicas impostas após a invasão da Ucrânia, em 2022.

Apesar do assunto ter se expandido, um consenso entre especialistas da área econômica e política é a de que ele nunca chegou a ser oficialmente discutido. CNN

### Vendas de veículos novos recuam em junho, mas crescem 4,8% semestre

O mercado de veículos novos, que engloba o emplacamento de automóveis, comerciais leves como picapes e furgões, ônibus e caminhões, cresceu 4,82% de janeiro a junho deste ano, com a venda de 1.143.657 unidades. No mês, no entanto, o resultado foi negativo, com queda de 5,66% frente a maio e de 0,63% em relação a junho de 2024, com um total de 212.897 de novas unidades vendidas. Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (3) pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave).

A venda de veículos novos, considerando-se apenas os automóveis e utilitários leves, teve um desempenho positivo de 5,05% no primeiro semestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado, com o emplacamento de 1.076.896 veículos. No entanto, o desempenho no mês também foi negativo, com queda de 5,69% em relação a maio e de 0,14%, em comparação ao mesmo mês

do ano passado, somando a comercialização de 202.164 veículos.

Quando se considera o emplacamento de todos os segmentos somados - automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus, motocicletas, implementos rodoviários e outros veículos -, houve crescimento de 6,99% no primeiro semestre, com a comercialização de 2.187.738 veículos entre os meses de janeiro e junho deste ano. Na comparação mensal, entre junho e maio, a queda foi de 6,36%, com 410.602 unidades comercializadas. Já na relação com junho do ano passado, houve crescimento de 2,62%.

Um dos destaques positivos do balanço divulgado nesta quinta-feira são as motocicletas. Segundo Marcelo Franciulli, diretor-executivo da Fenabrave, o setor deverá ultrapassar 2 milhões de unidades comercializadas no decorrer deste ano, em virtude do aumento de seu uso para entregas e locomoção de pessoas.

Elaine Patricia Cruz/ABR

### Como acontece um ataque cibernético como o que desviou R\$ 1 bi de contas no Banco Central



O ataque cibernético que desviou cerca de R\$ 1 bilhão de recursos mantidos no Banco Central na madrugada de segunda-feira (30) explorou dados de acesso de clientes, diz a empresa alvo dos criminosos, a C&M Software. A companhia é responsável pela comunicação de 22 instituições financeiras com o BC, sobretudo no âmbito do sistema Pix. Ainda não há pareceres oficiais da autoridade monetária ou das polícias Federal e Civil do estado de São Paulo que investigam o caso. Para juntar as peças por trás do maior incidente cibernético já registrado no Brasil, a reportagem consultou especialistas em cibersegurança.

Como não houve menção a programas comprometidos, por parte das companhias envolvidas no caso, foi descartado um ataque do tipo 'dia zero', em que o criminoso descobre uma brecha no código do sistema para acessá-lo mesmo sem ter permissão. Assim, a tese de que os criminosos obtiveram acesso privilegiado ganhou força.

Os técnicos também descartam falhas no sistema de pagamentos instantâneos do BC. "O Pix só processou as transferências que pareciam legítimas", diz o engenheiro sênior da multinacional de cibersegurança Netscout, Kleber Carriello.

A maior sofisticação das barreiras dos sistemas bancários levantou um debate

se o ataque envolveu um acesso às máquinas da C&M Software ou se foi uma falha no servidor.

As empresas do setor financeiro adotam medidas de segurança que ultrapassam os tradicionais usuário e senha. Isso inclui autenticação multifator (com envio de mensagens ou chave física), certificados digitais e mensagens cifradas (as chamadas chaves API). No caso de grandes bancos e companhias mais consolidadas, é comum a adoção de aparelhos para armazenar as chaves e os certificados de segurança, os chamados módulos de segurança física. Trata-se de uma espécie de HD externo com as informações de acesso. Pedro S. Teixeira/Folhapress

## POLÍTICA

## Lula defende tarifas do Mercosul; Milei fala em liberdade juntos ou sozinhos



Ao assumir o comando temporário do Mercosul nesta quinta-feira (3), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um discurso oposto ao do colega argentino, Javier Milei. O brasileiro destacou o papel do bloco como uma casa segura em um mundo "instável e ameaçador", enquanto Milei propôs uma viagem em busca da liberdade.

É a primeira visita do líder brasileiro a Buenos Aires desde a posse de Javier Milei, que entregou a presidência pro tempore do bloco ao brasileiro, de forma protocolar e sem um encontro bilateral. Milei marcou reuniões com o presidente

do Uruguai, Yamandú Orsi, e do Panamá, José Raúl Mulino. Enquanto Lula se encontrou mais cedo com o paraguaio Santiago Peña e terá uma reunião com o presidente da Bolívia, Luis Arce.

"É natural buscar refúgio onde nos sentimos seguros. Para o Brasil, esse lugar é o Mercosul", disse, na cerimônia que marca a passagem do comando temporário do bloco para o Brasil.

"Ao longo de mais de três décadas, construímos uma casa com alicerces sólidos, capaz de suportar a força das intempéries. Conseguimos criar uma rede de acordos que se estendeu aos estados parceiros. Toda a América do Sul se tornou

uma área de livre comércio baseada em regras claras e equilibradas", disse Lula, em contraste com o discurso de Milei.

"Estar no Mercosul nos protege, nossa Tarifa Externa Comum nos protege das guerras de comércio exterior, a robustez de nossa institucionalidade nos credencia ao mundo como parceiros confiáveis. Não é por acaso que um número crescente de países está interessado em se aproximar de nós." Antes do discurso de Lula, ao deixar a presidência temporária do bloco, Milei diz que irá 'no caminho da liberdade' acompanhado ou sozinho.

Douglas Gravras/Folhapress

## Toffoli aprova plano de devolução a aposentados do INSS com aval a pagamento fora do teto



O ministro Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal), homologou nesta quinta-feira (3) a proposta apresentada pelo governo para ressarcir as vítimas da fraude do INSS por descontos indevidos de associações e sindicatos em aposentadorias e pensões.

O ministro enviou a decisão para referendo do plenário da corte, o que deverá ser feito em sessão do plenário virtual depois do recesso do Judiciário, prevista para 15 de agosto. Ainda assim, a decisão já tem validade.

Na decisão, Toffoli dá o reconhecimento da possibilidade de o pagamento ser feito fora do teto de gastos.

Durante a audiência de

## STF não tem legitimidade para decidir sobre questões de orçamento, diz Lira

O deputado federal Arthur Lira (PP-AL) questionou a legitimidade do STF (Supremo Tribunal Federal) para decidir questões orçamentárias durante participação no painel sobre "controle de constitucionalidade e separação de poderes" no Fórum de Lisboa, conhecido como "Gilmarpalooza", nesta quinta-feira (3).

Para o deputado, o Brasil "vive uma tensão como poucas vezes se viu na nossa história", passando por um "desafio da legitimidade democrática" no que toca à atuação do Judiciário nas questões do orçamento.

A declaração ocorre no momento em que o governo Lula (PT) enviou ao STF ação para reativar decreto sobre o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) derrubado pelo Congresso e em meio a tensões do Legislativo com a corte em razão de decisões sobre emendas parlamentares. "Os juízes, com todo o respeito, gozam quase que de vitaliciedade,

não concorrem às eleições, não estão à disposição das urnas de quatro em quatro anos. Não detêm o mandato popular que legitima as decisões sobre alocações de recursos", afirmou Lira em Lisboa.

"Quando o Poder Judiciário passa a determinar, acompanhar execução orçamentária de políticas públicas, inevitavelmente adentra nos domínios reservados ao Executivo e ao Legislativo", disse Lira.

O parlamentar afirmou que dúvidas sobre a capacidade técnica do Judiciário de atuar nestas matérias são válidas, já que é preciso distinguir o que é de interesse da população.

"Nosso orçamento não cabe tudo e cabe a quem foi eleito distinguir, escolher. Porque, se escolher errado, a população o afasta, tira das urnas. O que fazer se, com todo o respeito, o Supremo Tribunal Federal prioriza tema A, B ou C ou D? Um juiz, um desembargador, não é eleito na urna".

Caroline Ribeiro/Folhapress

conciliação, o ministro afirmou que não cabe ao STF dar essa autorização. De acordo com ele, a medida cabe ao Executivo e citou a decisão do STF de novembro de 2023 que autorizou o governo a regularizar o estoque de sentenças judiciais sem esbarrar em regras fiscais até o ano de 2026.

Na decisão desta quinta, ele retomou a mesma decisão, com o argumento da garantia dos direitos individuais.

Na apresentação encaminhada ao Supremo, a AGU reiterou o pedido para que a corte dê aval à possibilidade de fazer os pagamentos fora do teto, em nome da segurança jurídica. "A magnitude da lesão identificada, aliada a necessidade de rápida re-

paração aos segurados prejudicados, justifica o afastamento da programação orçamentária ordinária."

O plano de devoluções aos aposentados prevê o início dos pagamentos no dia 24 de julho. No primeiro lote, 1,5 milhão de pessoas receberão devolução dos valores. De acordo com Messias, o governo deve editar uma medida provisória para pagar aposentados e pensionistas lesados pelo esquema.

A proposta de conciliação foi construída com representantes de AGU, INSS, Ministério da Previdência, DPU (Defensoria Pública da União), MPU (Ministério Público da União) e OAB e apresentada na quarta (2) ao relator.

Ana Pompeu/Folhapress

# STARTUP

## Nuudo e Feel: skincare íntimo vira aposta de startups brasileiras e movimentam mercado bilionário de beleza



O skincare, rotina de cuidados com a pele, já faz parte do dia a dia dos brasileiros – seja passar protetor solar ou até mesmo sequências com produtos como ácidos salicílico e hialurônico, sérums e hidratantes. Prova disso é que o setor de cosméticos brasileiro movimentou cerca de US\$ 27 bilhões em 2024 e deve chegar a US\$ 32 bilhões até 2027, segundo dados da Associação Brasileira da Indústria da Higiene Pessoal (ABIHPEC) em parceria com a Statista. O setor de startups já está de olho nisso, e são 2.295 atuando em Saúde e Bem Estar no Brasil, conforme o

Mapeamento do Observatório Sebrae Startups. Mas muitas vezes, o cuidado com a pele das partes íntimas fica negligenciado, não pela falta de produtos dedicados a estas áreas, mas pelo tabu que as envolve. Com isso em mente, o mercado de inovação avança cada vez mais nesse segmento, buscando solucionar dores de homens e mulheres no íntimo care. Nuudo e Feel são duas startups que surgiram a partir dessa lacuna.

A premissa é simples, criar produtos que façam parte da rotina de cuidados íntimos dos brasileiros. A Nuudo, fundada por Lidia Cabral, empreendedora pernambucana, surge com

produtos voltados ao público masculino, e o carro-chefe da startup é um aparelho de depilação importado, com lâmina de cerâmica, que evita o “puxar” da pele mais delicada.

“Quase todo homem hoje tem um aparador que ele usa no rosto e no corpo, um aparador multifuncional. Só que esses aparelhos têm uma lâmina que é muito mais dura, porque ela foi pensada para o pelo do rosto, que é mais denso. Então, quando ele usa essa lâmina convencional lá embaixo, a chance de ele beliscar e cortar é muito maior, porque os dentes da lâmina são mais espaçados”, explica Lidia.

Startupi

## Selbetti adquire Eiprice e reforça atuação em soluções para o varejo digital



A Selbetti Tecnologia, empresa brasileira com foco em soluções integradas para transformação digital, anunciou a aquisição da Eiprice, startup especializada em inteligência competitiva para comércio eletrônico. A operação, que não teve valor revelado, incorpora a nova empresa à área Retail Experience, ampliando o escopo da Selbetti no mercado de varejo online e físico.

Fundada em 2019, a Eiprice atua com ferramentas de precificação baseadas em inteligência artificial. A plataforma desenvolvida pela startup permite acompanhar valores, promoções, disponibilidade e desempenho de produtos nos principais marketplaces, como

## Startups desenvolvem ferramentas financeiras para apoiar PMEs em crescimento

PMES têm enfrentado obstáculos financeiros que limitam a expansão de suas operações. Alta de juros, inadimplência e burocracia são alguns dos fatores que afetam a sustentabilidade desses negócios. Para atender esse público, startups do setor financeiro e imobiliário vêm desenvolvendo tecnologias específicas para organizar despesas, facilitar captação de recursos e automatizar pagamentos.

Segundo levantamento do Sebrae em parceria com o GEM, somente no primeiro trimestre de 2025 foram abertos mais de 1,4 milhão de novos empreendimentos no Brasil. Ao mesmo tempo, dados da Serasa indicam que, entre os cerca de 7,2 milhões de empresas inadimplentes no país, 6,8 milhões pertencem à categoria de pequeno porte.

Nesse cenário, três companhias têm chamado atenção pela oferta de soluções

práticas e direcionadas.

A Conta Simples atua com foco na gestão de despesas corporativas. A plataforma permite controle em tempo real por meio de dashboards e cartões com limites ajustáveis. A empresa atende mais de 30 mil clientes e, em 2025, passou a oferecer a Conta Global, desenvolvida em parceria com a Airwallex, com recursos para transferências em moedas diversas, sem incidência de IOF.

A proposta é fornecer autonomia às empresas que realizam transações internacionais, facilitando a operação de negócios com fornecedores, ferramentas e plataformas globais. O CEO Rodrigo Tognini destaca que a cultura de planejamento ainda precisa evoluir entre os empreendedores. Estudo realizado com a Visa apontou que apenas 9% das PMEs enxergam a gestão de despesas como prioridade de longo prazo.

Startupi



Amazon, Mercado Livre, Magalu e Casas Bahia. Com tecnologia própria, a empresa realiza classificação automatizada de itens, enriquecimento de informações e análise de variáveis como frete e parcelamento. O histórico de preços e relatórios customizados também fazem parte da oferta.

Segundo Fernando Menezes, fundador e CEO da Eiprice, a incorporação ao portfólio da Selbetti abre espaço para expansão em escala nacional e acelera a disseminação das soluções desenvolvidas. A startup atende mais de 200 clientes de setores diversos, incluindo alimentação, cosméticos, eletrodomésticos, farmácias e varejo pet. A unidade Retail Experience da

Selbetti projeta alcançar R\$ 60 milhões em receita nos próximos dois anos, com base na consolidação das aquisições e no crescimento do mercado de e-commerce. A Eiprice se soma a soluções anteriormente obtidas da Pricefy, empresa voltada à comunicação automatizada de ofertas e mídia no ponto de venda.

Junior Selbach, CEO da Selbetti, destaca que a integração das soluções permite maior conexão entre ambientes físico e digital, com impactos positivos sobre o desempenho de vendas. Segundo ele, o comércio eletrônico representa cerca de 10% do total movimentado pelo varejo brasileiro, que teve crescimento de 10,5% em 2024.

Startupi

## PUBLICIDADE LEGAL

## Associação de Apoio e Estudo da Bilihetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado de São Paulo – ABASP

CNPJ/MF nº 35.300.908/0001-03

## Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Prezados associados, Nos termos do Estatuto da Associação de Apoio e Estudo da Bilihetagem e Arrecadação nos Serviços Públicos de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado de São Paulo (CNPJ/MF: 35.300.908/0001-03) ("ABASP" ou "Associação"), venho convocá-los para se reunir em assembleia geral extraordinária da Associação, a realizar-se no dia 16 de julho de 2025, à Avenida Faria Lima, nº 1 47 8, 8º andar, São Paulo/SP, com primeira chamada às 14:00hs, e segunda chamada às 14:30, considerando a reorganização administrativa promovida pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio da qual a Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI passou a assumir as competências relativas aos Sistemas de Bilihetagem, anteriormente atribuídas à Secretaria dos Transportes Metropolitanos – STM, bem como a Agência Reguladora de Serviços Delegados Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP passou a exercer a função de órgão fiscalizador em substituição à Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos – EMTU, para deliberar sobre a seguinte matéria da ordem do dia: I. Proposta de alteração do Estatuto Social da ABASP, Artigo 10º, Parágrafo 8º com substituição da "STM" pela "SPI". II. Proposta de alteração do Artigo 12º do Estatuto Social da ABASP, em seu inciso (iv), com a finalidade de incluir expressamente a Agência Reguladora de Serviços Delegados Transporte do Estado de São Paulo – "ARTESP". III. Proposta de alteração do Artigo 12º do Estatuto Social da ABASP, em seu inciso (v), com a finalidade de substituir expressamente a Secretaria dos Transportes Metropolitanos – "STM" pela Secretaria de Parcerias em Investimentos – "SPI". IV. Proposta de alteração do Artigo 12º do Estatuto Social da ABASP, em seu Parágrafo 3º, com a substituição da Secretaria dos Transportes Metropolitanos – "STM" pela Secretaria de Parcerias em Investimentos – "SPI". V. Proposta de alteração do Artigo 12º do Estatuto Social da ABASP, em seu Parágrafo 6º, com a substituição da Secretaria dos Transportes Metropolitanos – "STM" pela Secretaria de Parcerias em Investimentos – "SPI". São Paulo, 03 de julho de 2025. **Fernando Manuel Mendes Nogueira** – Presidente do Conselho de Administração.

## Autovias S.A.

CNPJ/ME nº 02.679.185/0001-38 – NIRE 35.300.156.625

## Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de junho de 2025

1. **Data, Hora e Local:** Aos 09/06/2025, às 10:00 horas, na sede social da "Companhia" no Município de Ribeirão Preto-SP, na Rua David Capistrano da Costa Filho, 185, Jardim Ouro Branco. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença dos acionistas representantes da totalidade das ações de emissão da Companhia. 3. **Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. 4. **Ordem do Dia:** 4.1. Deliberar sobre a eleição da Diretoria da Companhia. 5. **Deliberações:** O acionista delibera o que segue: 5.1. Reeleger, para os cargos de membros da Diretoria da Companhia: (i) para o cargo de Diretor Presidente, o Sr. **Luiz Cesar Lindgren Costa**, brasileiro, em união estável, engenheiro civil, RG nº 06.082.925-6 IFPRJ, e CPF nº 871.545.877-68, residente em São Paulo-SP, (ii) para os cargos de Diretor sem designação específica, o Sr. **Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira**, brasileiro, casado, contador, RG nº 10.341.661-6 e CPF nº 071.000.747-70, residente em São Paulo-SP, e Sr. **Ricardo Tozzi Gerab**, brasileiro, solteiro, administrador público, RG nº 33.822.021-5 e CPF nº 222.237.518-57, residente em Ribeirão Preto-SP. Os Diretores eleitos na presente Assembleia terão mandato de 03 anos, os quais deverão permanecer em seus cargos até a data da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia que os reelegerem ou destituírem. Os Diretores da Companhia, eleitos na forma do disposto no item acima, declaram que não estão impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Companhia e nem condenados ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as formas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, cuja declaração encontra-se devidamente arquivada na sede da Companhia; e 5.2. Aprovar a lavratura desta Ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei 6404/76. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado; Acionistas: Arteris S.A. (por Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega). Ribeirão Preto, 09/06/2025. JUCESP. Certifico o registro sob o nº 211.734/25-1 em 23/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

## DÓLAR

compra/venda  
Câmbio livre BC - R\$  
5,4202 / R\$ 5,4208 \*\*  
Câmbio livre mercado  
- R\$ 5,4020 /  
R\$ 5,4040 \*  
Turismo - R\$ 5,4416 /  
R\$ 5,6216  
(\* ) cotação média do  
mercado  
(\*\* ) cotação do Banco  
Central  
Variação do câmbio  
livre mercado  
no dia: -0,26%

## Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

CNPJ/ME nº 02.555.926/0001-79 – NIRE 35.300.155.611

## Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2025

1. **Data, Hora e Local:** Aos 30/04/2025, às 11:00 horas, na sede social da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Companhia") localizada no Município de Araras, Estado de São Paulo, na Avenida Romano Zorzo, 2000, Jardim Sobradinho. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976 ("Lei nº 6.404/76"), tendo em vista a presença dos acionistas representantes da totalidade das ações de emissão da Companhia. 3. **Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. 4. **Ordem do Dia:** 4.1 Em Assembleia Geral Ordinária: 4.1.1. Exame, discussão e aprovação do relatório de Administração, das contas da Diretoria, bem como das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; e 4.1.2 Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024; e 4.1.3 Deliberar sobre a alteração do jornal de publicação dos documentos da Companhia, nos termos do artigo 289 da Lei da nº 6.404/76. 5.1 Em Assembleia Geral Extraordinária: 5.1.1 Deliberar sobre a renúncia do Diretor sem designação específica da Companhia, Sr. Helvécio Tamm de Lima Filho e eleger o diretor substituto; 5.1.2 Reeleger os Diretores da Companhia; 5.1.3 Deliberar sobre a nomeação dos auditores independentes da Companhia; e 5.1.4 Aprovar o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 12.000.000,00, mediante a emissão de novas ações, bem como a alteração do Artigo 5º, caput e Parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia. 6. **Deliberações:** O acionista delibera o que segue: 6.1 Em Assembleia Geral Ordinária: 6.1.1 Aprovar, sem reservas, o Relatório de Administração, as contas da Diretoria, e as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, acompanhadas do Parecer dos auditores independentes emitido pela KPMG Auditores Independentes; 6.1.2 Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2024, no valor de R\$ 8.384.861,84, sendo que a Companhia não constituirá reserva legal, tendo em vista que já atingiu o limite máximo previsto na legislação, conforme artigo 193, §§ 1º e 2º da Lei 6404/76; (i) 2.096.215,46, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, para distribuição de dividendos obrigatórios referentes à 2024, conforme artigo 18 do estatuto social da Companhia, que serão distribuídos até 31/12/2025; e (ii) R\$ 6.288.646,38 destinados para distribuição adicional aos dividendos obrigatórios, que serão distribuídos até 31/12/2025; e 6.1.3 Aprovar a alteração do jornal de publicação dos documentos da Companhia, nos termos do artigo 289 da Lei da nº 6.404/76, passando, a partir desta data, a ser utilizado o jornal Data Mercantil. 6.2 Em Assembleia Geral Extraordinária: 6.2.1 Foi recebido e conhecido o pedido de renúncia do Sr. Helvécio Tamm de Lima Filho, ao cargo de Diretor sem designação específica, nesta data, ao qual é outorgada a mais plena, irrevogável, irretirável, ampla, rasa e geral quitação, exceto nos casos de dolo ou fraude. O acionista da Companhia registra seu agradecimento ao Sr. Helvécio Tamm de Lima Filho pela dedicação à Companhia no desempenho de suas atribuições; 6.2.2 Diante da renúncia apresentada, o acionista elege como novo diretor sem designação específica, para cumprir mandato de 03 anos, devendo permanecer em seu cargo até a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia que o reeleger ou destituir, o Sr. **Wallace Vinicius dos Santos Merlin**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 5.729.325-0 SESP PR, inscrito no CPF sob o nº 003.946.319-27, residente e domiciliado no município de Araras, Estado de São Paulo, com endereço comercial no município de Araras, Estado de São Paulo, na Via Anhanguera, Km 168, Pista Sul, Jardim Sobradinho. 6.2.3 Reeleger como membros da Diretoria da Companhia: para o cargo de (i) **Diretor Presidente**, o Sr. **Luiz Cesar Lindgren Costa**, portador da cédula de identidade RG nº 06.082.925-6 IFPRJ, e do CPF sob o nº 871.545.877-68; e (ii) para os cargos de **Diretor sem designação específica**, o Sr. **Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira**, portador da cédula de identidade RG nº 10.341.661-6, e do CPF sob o nº 071.000.747-70. Os Diretores eleitos na presente Assembleia terão mandato de 03 anos, devendo permanecer em seus cargos até a Assembleia Geral de Acionistas da Companhia que os reelegerem ou destituírem; O Diretor eleito e os Diretores reeleitos tomam posse em termo lavrado em livro próprio, que se encontra devidamente arquivado na sede da Companhia, no qual também declaram, tendo em vista o disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei nº 6.404/76"), e as regras constantes da Instrução CVM nº 80, de 29/03/2022, para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que (i) não estão impedidos de assumir o cargo para o qual foi eleito, nos termos do artigo 37, inciso II, da Lei nº 8.934, de 18/11/1994, (ii) não estão condenados a pena de suspensão ou inabilitação temporária, aplicada pela Comissão de Valores Mobiliários, que os tornem inelegíveis para o cargo de administração de companhia aberta, (iii) atendem ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76, e (iv) não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia; 6.2.4 Aprovar a nomeação da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. como novos auditores independentes da Companhia, na forma do inciso XI, do Artigo 8º do Estatuto Social da Companhia; e 6.2.5 Aprovar o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 12.000.000,00, mediante a emissão de 141.509.434 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 0,0848, passando o capital social subscrito de R\$ 2.000.000,00, dividido em 101.483.834 ações, para R\$ 14.000.000,00, dividido em 242.993.268 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O preço de emissão foi calculado em conformidade com o artigo 170, § 1º, II, da Lei nº 6.404/1976. As ações ora emitidas são totalmente subscritas e serão integralizadas pela única acionista Arteris S.A. em conformidade com o boletim de subscrição que consta como **Anexo I**. Em virtude da aprovação deste aumento de capital, o Estatuto Social da Companhia passa a ter a seguinte redação: "Artigo 5º O capital social subscrito é de R\$ 14.000.000,00, dividido em 242.993.268 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo 1º Estão integralizados, em moeda corrente nacional, R\$ 2.000.000,00, equivalente a 14,29% do capital social subscrito." 6.3 Aprovar a lavratura desta Ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei 6404/76. 7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Ordinária, lavrada a presente Ata que, após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por: Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado; Acionistas: Arteris S.A. (por Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega). Araras, 30/04/2025. **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 185.912/25-4 em 16/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

## Fortec S/A Participações e Empreendimentos

CNPJ/MF nº 50.615.301/0001-06 - NIRE 35.300.000.871

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Senhores Acionistas da **FORTEC S.A. PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS** ("Companhia") devidamente convocados a se reunirem em 11 de julho de 2025, às 11 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Cel. José Rufino Freire, nº 453, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para realização da Assembleia Geral Extraordinária, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Encerramento do Conselho Fiscal da Companhia instalado para o atual exercício social, com consequente destituição dos conselheiros eleitos, e respectivos suplentes.

**Thales Lobo Peçanha** - Diretor Presidente.

(03, 04 e 05/07/2025)

## DM Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 16.581.207/0001-37 – NIRE 35.300.439.295

## Ata de Reunião da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de maio de 2025

**Data, Hora e Local:** Aos 28/05/2025, às 09h, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, estando presentes os acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Denis César Correia, Presidente e Sr. Tharik Camocardi de Moura, Secretário. **Ordem do Dia:** 1. Aprovação da alteração do capital social de R\$40.000.000,00 pela acionista DMCore Holding Financeira S.A., que passará dos atuais R\$195.200.000,00, para R\$235.200.000,00, dividido em 235.200.000 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As ações ora emitidas são totalmente subscritas e integralizadas, nesta data, pela acionista **DMCore Holding Financeira S.A.**, mediante aporte de capital. 2. Reforma do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações tomadas por unanimidade:** (i) Aprovaram o aumento do capital social conforme acima. (ii) O Artigo 5º será alterado. Assim, referido artigo do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: Artigo 5º. O capital social é de R\$235.200.000,00, dividido em 235.200.000 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. (iii) Os acionistas decidem aprovar a reforma e consolidação do Estatuto Social. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata. São José dos Campos, 28/05/2025. Mesa: Denis César Correia – Presidente da Mesa; Tharik Camocardi de Moura – Secretário da Mesa. Acionistas: **Denis César Correia; DMCore Holding Financeira S.A.**, Denis Cesar Correia – Diretor Presidente; Tharik Camocardi de Moura – Diretor Financeiro. **Anexo II – Estatuto Social** Capítulo I – Da Denominação, Objeto, Sede e Duração. Artigo 1º. A **DM Instituição de Pagamento S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º. A Companhia tem por objeto emitir e administrar cartões de crédito próprios ou de terceiros, podendo, para tanto: Aprovar solicitações de cartões de crédito e emitir os cartões; Credenciar estabelecimentos para operar com os cartões; Processar dados e elaborar documentos relacionados à posse e ao uso dos cartões; Obter financiamento junto a instituições financeiras em nome dos portadores de cartões; Conceder fiança e assumir riscos de inadimplimento; Prestar serviços de administração, consultoria e treinamento relacionados a cartões de crédito; Desenvolver sistemas de automação para cartões de crédito; Administrar programas de fidelidade e incentivo; Prestar serviços de call center e teleatendimento; Comércio varejista de livros virtuais. Parágrafo Único. A Companhia pode participar de quaisquer outras sociedades, mediante deliberação da Assembleia Geral. Artigo 3º. A Companhia tem sua sede e foro na Avenida Cassiano Ricardo nº 521, 3º Andar, Sala 02, Torre B, Bairro Parque Residencial Aquarius, CEP 12246-870, em São José dos Campos/SP, podendo abrir, transferir ou extinguir filiais no território nacional ou no exterior. Artigo 4º. A Companhia terá prazo indeterminado de duração. Capítulo II – Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º. O capital social é de R\$235.200.000,00, dividido em 235.200.000 ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Parágrafo Único. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais, as quais serão tomadas na forma da legislação aplicável, sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social. Artigo 6º. Os acionistas terão preferência na subscrição de novas ações decorrentes do aumento do capital social, fixando-se o prazo de 30 dias para o exercício de preferência. Capítulo III – Da Assembleia Geral. Artigo 7º. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, reunindo-se ainda extraordinariamente sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. § 1º. A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. § 2º. A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, por quem a Assembleia Geral indicar. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-la. § 3º. O acionista pode fazer representar-se na Assembleia Geral por procurador, constituído na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976 ("Lei das S/A"). Artigo 8º. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e neste Estatuto Social, serão tomadas por acionistas que representem a maioria absoluta do capital social votante da Companhia, não se computando os votos em branco. Artigo 9º. A Assembleia Geral da Companhia terá competência para deliberar sobre as matérias previstas na Lei das S.A., observados os quóruns previstos em lei e o Acordo de Acionistas (conforme definido abaixo). Capítulo IV – Da Administração. Artigo 10º. A administração da Companhia compete à Diretoria. Artigo 11º. Os membros da Diretoria devem assumir seus cargos dentro de 30 dias contados das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de Termo de Posse no livro de atas da Diretoria, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos. Artigo 12º. A Assembleia Geral fixará a remuneração individual de cada Diretor da Companhia. Capítulo V – Da Diretoria. Artigo 13º. A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais. Artigo 14º. A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo, contudo, reunir-se a critério do Diretor Presidente para tratar de aspectos operacionais. Artigo 15º. A Diretoria é composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e um Diretor sem designação específica, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral, com mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição. Artigo 16º. A representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, será sempre exercida (i) em conjunto pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Financeiro; ou (ii) por qualquer Diretor em conjunto com 1 procurador, devidamente constituído, em todos os atos que criem obrigações para a Companhia ou desonem terceiros de obrigações para com a Companhia. Parágrafo Único. A outorga de procuração em nome da Companhia dependerá da assinatura conjunta do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro e deverá conter, expressamente, os poderes outorgados e o prazo de vigência, sendo que as procurações ad judicium poderão ser por prazo indeterminado, respeitando-se na outorga dos respectivos mandatos os limites e restrições impostos neste Estatuto Social. Artigo 17º. Todos e quaisquer atos necessários e convenientes à administração da Companhia deverão observar quóruns, procedimentos e restrições previstos no Acordo de Acionistas da acionista DMCard Participações S.A., devidamente arquivado na sua sede social ("Acordo de Acionistas"), sendo considerado nulo de pleno direito todo ato ou deliberação praticado em desacordo com referido Acordo de Acionistas. Capítulo VI – Do Conselho Fiscal. Artigo 18º. O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei. § 1º. O Conselho Fiscal, se instalado, será composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. § 2º. O Conselho Fiscal, se instalado, poderá reunir-se sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações. Capítulo VII – Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros. Artigo 19º. O exercício social terá início em 01 de janeiro e término em 31 de dezembro. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. Artigo 20º. Em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S/A. Artigo 21º. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, semestral ou trimestral. Parágrafo Único. Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório. Artigo 22º. A Companhia poderá remunerar os acionistas mediante pagamento de juros sobre capital próprio, na forma e dentro dos limites estabelecidos em lei. Parágrafo Único – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório. Capítulo VIII – Da Liquidação da Companhia. Artigo 23º. A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração. Capítulo IX – Das Disposições Finais. Artigo 24º. É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos seus interesses sociais. Artigo 25º – Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S/A. Capítulo X – Da Arbitragem. Artigo 26º. Qualquer controvérsia, disputa ou reclamação decorrentes deste Estatuto Social ou a ele relacionados, incluindo, mas não se limitando a, quaisquer questões relacionadas à existência, validade, interpretação ou inadimplemento, deverão ser solucionadas de forma definitiva por arbitragem, na forma estabelecida no Acordo de Acionistas da acionista DMCard Participações S.A. JUCESP – Registrado nº 216.631/25-7 em 30/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

## Taxas locais acompanham Treasuries e terminam o dia em elevação



A curva de juros futuros percorreu a segunda etapa da sessão desta quinta-feira, 3, em alta nos vencimentos intermediários e longos. Em um dia sem novidades no noticiário econômico local e liquidez reduzida, o mercado brasileiro acompanhou a movimentação dos EUA, onde os rendimentos dos Treasuries subiram, em reação a dados de emprego mais fortes do que o previsto no país em junho.

Encerrados os negócios, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento em janeiro de 2026 passou de 14,917% no ajuste anterior para 14,920%; a do DI de janeiro de 2027 fechou em 14,140%, vindo de 14,118% no último ajuste; a do DI de janeiro de 2028 aumentou de 13,327% no ajuste da véspera para 13,365%, e o DI que vence em janeiro de 2029 avançou a 13,210%, de 13,144% no ajuste mais recente.

Quando o mercado no Brasil fechou, os juros dos títulos públicos de dois anos e de dez anos subiram a 3,883% e 4,346% nos EUA, respectivamente. Já o rendimento da T-Bond de 30 anos avançava para 4,863%. Divulgado hoje, o payroll mostrou que a economia americana abriu 147 mil empregos no mês passado, acima da mediana de 110 mil vagas prevista pelo Projeções Broadcast. A leitura foi interpretada como um sinal de resiliência do mercado de trabalho e enfraqueceu apostas de que o Federal Reserve (Fed) corte os juros já em julho.

IstoÉDinheiro

### Zenith Saúde Mental Ltda.

CNPJ/MF nº 58.228.088/0001-83 – NIRE: 35.265.543.982

1ª Alteração de Contrato Social para Transformação do Tipo Jurídico da Zenith Saúde Mental Ltda. de Sociedade Empresária Limitada em Sociedade por Ações, sob a Denominação de Zenith Saúde Mental S.A.

**Glauco Callia**, RG nº 33.580.301-5 SSP/SP e CPF/MF nº 222.830.788-22, ("Glauco"); Único sócio representante da totalidade do capital social de **Zenith Saúde Mental Ltda.**, resolve promover a presente alteração do Contrato Social da Sociedade, mediante os seguintes termos e condições: **Item 1 – Da Cessão de Quotas: 1.1.** O sócio **Glauco Callia**, permanecendo na sociedade, cede e transfere 50 quotas sociais no valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalizando R\$ 50,00, por compra e venda feita ao seguinte sócio ingressante: **Rodrigo Magalhães Ribeiro dos Anjos**, RG nº 99001217630 SSP/AL e CPF/MF nº 042.616.266-83, ("Rodrigo"). **Item 2 – 2.1.** Os sócios, por unanimidade, resolvem alterar a natureza jurídica de sociedade limitada para sociedade por ações, com a denominação de **Zenith Saúde Mental S.A.** ("Companhia"), a se reger pelo Estatuto ora aprovado, cujo inteiro teor acompanha a presente alteração, por meio do **Anexo I**, como se nela estivesse literalmente transcrito, ficando sem efeito todo e qualquer dispositivo constante no contrato social ora alterado. **Item 3 – 3.1.** O capital social, atualmente no valor de R\$ 1.000,00, totalmente subscrito e integralizado, representado por 1.000 quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 cada uma, passa a ser dividido e representado por ações, mediante a conversão efetuada na proporção de 01 ação para cada 01 quota existente, mantendo-se o preço de emissão equivalente a cada quota social substituída, sendo que as 1.000 quotas sociais, passam a ser representadas por 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas, sendo 950 ações de titularidade de **Glauco** e 50 ações de titularidade de **Rodrigo**, ambos já qualificados. **3.2.** A conversão das quotas em ações é formalizada por meio da assinatura do respectivo boletim de subscrição, nos termos da Lei nº 6.404/76. **Item 4 – 4.1.** Resolve o acionista que a administração da Sociedade será realizada pela Diretoria, composta por no mínimo 01 e no máximo 04 Diretores sem designação específica, a ser(em) eleito(s) para um mandato de 03 anos, sendo permitida a reeleição. **4.2.** Os acionistas elegem, como membro da Diretoria, o Sr. **Glauco**, para o cargo de Diretor para um mandato de 03 anos, a contar da presente data. O Diretor eleito toma posse do seu respectivo cargo, também nesta data, mediante a assinatura do respectivo termo. **4.3.** O Diretor, ora eleito, declara, sob as penas da lei, que não se encontra impedido de exercer a administração da Companhia, e nem fora condenado ou está sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **Item 5 – 5.1.** Os acionistas deliberam que a Companhia dará publicidade aos seus atos societários na forma de Lei 6.404/76, autorizando que os Diretores Executivos da Companhia, já qualificados, a tomar todas as medidas e assinem quaisquer documentos necessários ao registro da presente ata. **5.2.** Os acionistas reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste instrumento e seus termos, nos termos do art. 219 do Código Civil, em formato eletrônico e/ou assinado pelas partes por meio de certificados eletrônicos, ainda que sejam certificados eletrônicos não emitidos pela ICP-Brasil, como, por exemplo, por meio do upload e existência deste termo. Os acionistas reconhecem, ainda, que o presente instrumento será considerado válido e incontestavelmente datado da data indicada abaixo, que é a data em que todos os acionistas assim acordaram, independentemente de a formalização de assinatura digital e eletrônica eventualmente ser concluída em data(s) distinta(s) por um ou mais acionistas. São Paulo, 22/05/2025. **Glauco Callia; Rodrigo Magalhães Ribeiro Dos Anjos. Anexo I: Estatuto Social. Capítulo I – Denominação Social, Sede, Objeto e Prazo de Duração: Artigo 1º – A Zenith Saúde Mental S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima, de capital fechado, que se regerá pelas disposições deste Estatuto, pela Lei nº 6.404, de 15/11/1976 ("Lei das Sociedades Anônimas"), e pelas demais disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º –** A Companhia terá sua sede na Rua Coronel José Eusebio, nº 95, Casa 13, Higienópolis, São Paulo/SP, CEP 01239-030. **Parágrafo único:** A Companhia poderá abrir filiais, escritórios, agências e depósitos em qualquer parte do país, por meio de decisão da Diretoria. **Artigo 3º –** A Companhia tem por objeto social a atividade de fornecimento de tecnologia e prestação de serviços voltados para o gerenciamento dos fatores psicossociais no trabalho. **Artigo 4º –** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital e Ações: Artigo 5º –** O capital social é de R\$ 1.000,00, dividido em 1.000 Ações Ordinárias Nominativas, de mesma classe, sem valor nominal, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional. **Parágrafo primeiro:** As Ações são indivisíveis em relação à Companhia. **Parágrafo segundo:** A Companhia poderá emitir ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, nos termos do artigo 15, § 2º da Lei nº 6.404/76, respeitado o limite legal de até 50% do total das ações emitidas. **Parágrafo terceiro:** As ações preferenciais poderão conferir aos seus titulares as vantagens e limites previstos em lei, devendo suas características e direitos ser definidos na sua respectiva escritura de emissão de ações, ainda que sejam características e direitos de natureza estatutária. **Artigo 6º –** A responsabilidade dos acionistas é limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas, nos termos do artigo 1º da Lei das Sociedades Anônimas. **Parágrafo único:** Os acionistas não respondem, mesmo subsidiariamente, pelas obrigações da Companhia. **Artigo 7º –** Cada Ação Ordinária confere direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Quando a Ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos por ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Artigo 8º –** As Ações Nominativas serão registradas no Livro de Registro de Ações Nominativas e as suas transferências serão efetuadas por meio de termos lavrados no Livro de Transferência de Ações Nominativas. **Artigo 9º –** No caso de reembolso das Ações, previsto em lei, o valor do reembolso será calculado com base no patrimônio líquido das Ações, de acordo com o último balanço aprovado na Assembleia Geral, segundo critérios de avaliação do ativo e passivo fixados na Lei das Sociedades Anônimas e com os princípios contábeis geralmente aceitos. **Artigo 10 –** A Assembleia Geral que autorizar o aumento de capital social, mediante a subscrição de novas Ações, disporá acerca das determinações a serem observadas quanto ao preço e ao prazo de subscrição, quanto à forma de integralização e à cessão do direito de preferência, observadas as disposições legais e as previstas no Estatuto Social. **Artigo 11 –** A Companhia poderá adquirir, utilizando saldos de lucros ou reservas disponíveis, suas próprias Ações para a permanência em tesouraria sem que isso implique na diminuição do capital subscrito, visando sua posterior alienação, observada as disposições legais aplicáveis. **Artigo 12 –** As Ações mantidas em tesouraria não terão direito a voto, nem a dividendos ou bonificações, até sua realocação em circulação ou extinção. **Capítulo III – Assembleia Geral de Acionistas: Artigo 13 –** As deliberações sociais serão estabelecidas em Assembleia Geral ("Assembleia(s)") realizada em caráter ordinário, dentre os 4 meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem, obedecido os preceitos legais. **Parágrafo único:** As deliberações das Assembleias, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei e no Estatuto Social, serão tomadas por acionistas representando a maioria do capital votante. **Artigo 14 –** O modo de convocação e o quórum de instalação e as formalidades complementares observar-se-ão as disposições legais aplicáveis. **Artigo 15 –** As seguintes matérias somente serão aprovadas nas Assembleias se houver aprovação de acionistas representando a maioria absoluta das Ações com direito a voto da Companhia (i.e. 50% + 1 ação): (i) Aprovação das contas anuais apresentadas pelos administradores; (ii) Alteração do objeto social da Companhia; (iii) Aumento ou redução do capital social, mediante emissão ou extinção de ações, opções de compra ou opções de subscrição de ações; (iv) Liquidação e dissolução da Companhia ou de qualquer Controlada, eleição e destituição de liquidantes, julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação, bem como autorização aos administradores da Companhia ou de qualquer Controlada para requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial; (v) Transformação da Companhia em outro tipo societário, fusão, incorporação, cisão, qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia ou seus ativos (incluindo-se drop

down) ou a absorção, pela Companhia, do acervo resultante de qualquer sociedade; (vi) Abertura e encerramento de filiais; (vii) Fixação da remuneração anual máxima e benefícios aos administradores, bem como a forma de pagamento de tal remuneração e benefícios, se aplicável; (viii) Alteração das matérias sujeitas à aprovação das Reuniões, bem como das normas aplicáveis à sua convocação e realização; (ix) Alteração da política de dividendos e distribuição de lucros e dividendos; (x) Participação em grupo de sociedades, em subsidiárias/controladas/colidadas e em consórcios de sociedades ou formação de joint ventures e parcerias similares; (xi) Aprovação e alteração do Plano Anual de Negócios. (xii) As operações que envolverem, por qualquer modo ou título, a aquisição ou a alienação, investimentos, arrendamento, bem como a instituição de quaisquer Ônus, referentes a (i) bens imóveis, por qualquer valor, (ii) qualquer outra operação ou contratação cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$ 50.000,00, e (iii) participações societárias, exceto quando houver previsão no Plano Anual de Negócios; (xiii) Celebração ou rescisão de qualquer contrato, inclusive com instituições financeiras ou assunção de qualquer obrigação cujo valor individual seja igual ou superior a R\$ 50.000,00, exceto quando houver previsão no Plano Anual de Negócios; (xiv) Constituição de penhor, alienação fiduciária, hipoteca ou quaisquer gravames, sobre qualquer ativo ou direito da Companhia ou das Controladas; (xv) Celebração ou rescisão de quaisquer negócios envolvendo a Companhia, de um lado, e, de outro lado, qualquer um dos acionistas ou Partes Relacionadas, devendo deixar de votar o acionista envolvido ou relacionado à Parte Relacionada; (xvi) Contratação de qualquer empregado com remuneração mensal superior ao montante em reais equivalente a R\$ 10.000,00; (xvii) Cessão, oneração e transferência de marcas, patentes e quaisquer outros direitos de propriedade industrial de titularidade da Companhia e/ou de qualquer uma de suas Controladas (ou ainda estejam pendentes de confirmação da titularidade da Companhia e/ou qualquer uma de suas Controladas pelo órgão competente); e, (xviii) Concessão de garantias, avais, fianças, hipotecas ou outros ônus reais em favor de terceiros, salvo se em favor de empresas Controladas. **Artigo 16 –** As Assembleias Gerais serão presididas por um Diretor e, na sua falta, por um dos acionistas presentes. **Artigo 17 –** As Assembleias Gerais poderão ocorrer de forma virtual, por meio de videoconferência ou outro meio disponível e que possa identificar os participantes, cuja plataforma deverá ser indicada no instrumento de convocação, devendo os acionistas formalizarem por escrito as deliberações tomadas. **Parágrafo único:** As atas das Assembleias Gerais poderão ser assinadas de forma eletrônica ou digital, conforme permitido pela legislação e aceitável pela Junta Comercial competente, caso o documento deva ser levado a registro. **Capítulo IV – Da Administração: Artigo 18 –** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por 1 a 4 Diretores sem designação específica, com mandato de 3 anos a contar de sua posse, permitida a reeleição, eleitos pela Assembleia Geral, que também poderá estabelecer a sua remuneração. **Parágrafo único:** O(s) Diretor(es) deverá(ão) permanecer(em) em seu(s) cargo(s) até a posse do(s) novo(s) Diretor(es), regularmente eleito(s). **Artigo 19 –** Os membros da Diretoria serão eleitos em Assembleia Geral e tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 20 –** Os Diretores são investidos dos poderes necessários para praticar os atos e operações relacionados aos fins da Companhia, bem como aqueles não sujeitos à aprovação de acionistas e cujo valor não exceda os limites autorizados, conforme estabelecido no artigo 15 do presente Estatuto, além das demais disposições estatutárias e da legislação em vigor. **Artigo 21 –** A representação da Companhia, judicial ou extrajudicialmente, ativa ou passivamente, perante terceiros e órgãos públicos federais, estaduais e municipais, bem como a prática de todos os atos necessários ou convenientes à administração dos negócios sociais, caberá exclusivamente aos Diretores nomeados, nos termos do Estatuto Social e Acordo de Acionistas, quando houver, respeitados os limites legais aplicáveis. **Parágrafo primeiro:** Sempre que houver dois ou mais Diretores em exercício, os atos de administração da Companhia deverão ser praticados mediante a assinatura conjunta de ao menos dois Diretores. Caso haja apenas um Diretor nomeado, este poderá praticar isoladamente todos os atos de administração e representar a Companhia em quaisquer situações. **Parágrafo segundo:** A Diretoria poderá nomear procuradores especificando os poderes outorgados e o prazo de validade nos respectivos instrumentos de procuração. **Parágrafo terceiro:** O mandato judicial poderá ser concedido por prazo indeterminado. **Capítulo V – Do Conselho Fiscal e Conselho de Administração: Artigo 22 –** A Companhia não terá um Conselho Fiscal permanente. Se e quando instalado como previsto na lei, o Conselho Fiscal será composto por 3 membros e igual número de suplentes, acionistas ou não, observados os requisitos e impedimentos legais, todos residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, que fixará a remuneração destes. **Artigo 23 –** A Companhia não terá um Conselho de Administração permanente. Se e quando instalado como previsto na lei, o Conselho de Administração será composto por no mínimo 3 membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que fixará a remuneração destes e o prazo de mandato que será unificado e de até 2 anos, permitida a reeleição. **Capítulo VI – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Resultados: Artigo 24 –** O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras, com observância das disposições legais pertinentes. **Artigo 25 –** Deverá ser destinado para a constituição das reservas legais 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social. **Artigo 26 –** Um dividendo mínimo de 1% dos lucros líquidos apurados no Balanço Geral deverá ser distribuído aos acionistas, após a constituição das reservas legais. **Parágrafo único:** A Assembleia Geral, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, poderá deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro líquido, nos termos da lei. **Artigo 27 –** A Assembleia Geral poderá deliberar o levantamento de balanços intermediários em qualquer época durante o curso do exercício social e distribuir dividendos com base nos lucros apurados em tais balanços, bem como distribuir lucros de forma desproporcional à participação dos acionistas no capital social, observando-se a legislação aplicável. **Capítulo VII – Da Continuidade da Companhia: Artigo 28 –** No caso de falecimento de qualquer dos acionistas, a Companhia não se dissolverá, prosseguindo apenas com os acionistas remanescentes, de modo que os herdeiros e/ou sucessores do acionista falecido terão direito à apuração de haveres, nos termos abaixo e refletidos e complementados pelo Acordo de Acionistas da Companhia. **Artigo 29 –** No caso de separação ou divórcio de qualquer dos acionistas, o cônjuge não ingressará no quadro de acionistas da Companhia, devendo o acionista eventualmente nessa situação garantir que as ações da Companhia se mantenham sob sua exclusiva titularidade na partilha de bens. **Artigo 30 –** No caso de exclusão ou exercício do direito de retirada de qualquer dos acionistas, nos termos da legislação aplicável, a Companhia não se dissolverá, prosseguindo com os demais acionistas, devendo ser aplicado o disposto no artigo 31. **Artigo 31 –** Os haveres do acionista falecido ou do acionista retirante serão apurados e liquidados com base na situação patrimonial da Companhia, à data do falecimento ou da retirada ou exclusão, conforme aplicável, verificada em balanço especialmente levantado. Os haveres serão pagos em até 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas monetariamente pelo índice IPCA ou por outro que venha a substituí-lo, vencendo-se a primeira parcela nos 30 dias a contar do falecimento ou retirada, conforme o caso. **Capítulo VIII – Dissolução e Liquidação: Artigo 32 –** A Companhia entrará em dissolução ou liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá, se for o caso, o procedimento a ser adotado, elegendo o liquidante e fixando a respectiva remuneração. **Parágrafo único:** A Assembleia Geral terá a autoridade para estabelecer o método de liquidação, bem como para eleger os liquidantes. **Capítulo IX – Do Direito de Preferência e da Transferência de Ações: Artigo 33 –** As regras aplicáveis à transferência de ações, inclusive quanto ao exercício do direito de preferência pelos acionistas, obedecerão ao disposto neste Estatuto, em Acordo de Acionistas e na legislação aplicável. **Parágrafo único:** Será nula de pleno direito a transferência de Ações que violar o disposto neste artigo. **Capítulo X – Disposições Gerais: Artigo 34 –** Aos casos omissos deste Estatuto serão aplicadas as disposições da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6404/1976) e, de outras em vigor, pertinentes à matéria. Advogado: Lucas Amorim e Silva – OAB/SP sob o nº 285.716. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 180.960/25-8 e NIRE 35.300.666.267 em 06/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

### Prime You Services Ltda.

CNPJ/MF nº 52.921.847/0001-02

Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024 (Valores expressos em Reais)

Balanço Patrimonial			
Ativo	31/12/2024	Passivo	31/12/2024
<b>Ativo Circulante</b>	<b>157.776,26</b>	Demais impostos e contribuições a recolher	61.208,67
Disponibilidades	1,00	Provisões para pagamentos a efetuar	709.276,93
Caixa e bancos	1,00	<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>68.925,75</b>
<b>Aplicações Equivalentes de Caixa</b>	<b>157.775,26</b>	Exigível a Longo Prazo	68.925,75
Outros títulos de renda fixa	157.775,26	<b>Outras Obrigações</b>	<b>68.925,75</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>453.827,20</b>	Diversos	68.925,75
Outros Créditos	453.827,20	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>(416.615,37)</b>
Diversos	453.827,20	Capital:	10.000,00
<b>Total do Ativo</b>	<b>611.603,46</b>	De domiciliados no país	10.000,00
<b>Passivo</b>	<b>31/12/2024</b>	Lucros/(Prejuízos) acumulados	(426.615,37)
<b>Passivo Circulante</b>	<b>959.293,08</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio</b>	<b>Líquido</b>
<b>Outras Obrigações</b>	<b>959.293,08</b>	<b>Líquido</b>	<b>611.603,46</b>
Impostos e contribuições sobre salários	188.807,48		
Demonstração do Resultado do Exercício			
	31/12/2024		31/12/2024
Despesas/Receitas Operacionais	(426.784,07)	Receitas Financeiras	189,75
Despesas Gerais e Administrativas	(41.796,97)	Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	189,75
Despesas com pessoal	(363.203,93)	Despesas Financeiras	(21,05)
Outras despesas administrativas	(54.409,59)	Prejuízos com títulos e valores mobiliários	(21,05)
Despesas tributárias	(183,45)	<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>(426.615,37)</b>
Outras Receitas Operacionais	3.534,41	<b>Lucro/(Prejuízo) do Exercício</b>	<b>(426.615,37)</b>
Outras Despesas Operacionais	(12.521,51)	Nº de Quotas:	10.000
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos</b>	<b>(426.784,07)</b>	Lucro (prejuízo) por Quota:	(42,66)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>168,70</b>		
A Diretoria			
Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3			

### Tupi Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF nº 59.115.685/0001-64 – NIRE 35.300.656.253

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

realizada em 16 de abril de 2025, às 16:00 horas – Certidão

Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 214.044/25-7 em 24/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

### Fraction 049

#### Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 55.225.876/0001-28

Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024 (Valores expressos em Reais)

Balanço Patrimonial			
Ativo	31/12/2024	Passivo	31/12/2024
<b>Ativo Circulante</b>	<b>101,00</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>12.761,92</b>
Disponibilidades	101,00	Outras Obrigações	12.761,92
Caixa e bancos	101,00	Diversos	12.761,92
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>29.109.385,25</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>29.096.724,33</b>
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>29.109.385,25</b>	Capital:	101,00
Terrenos	29.109.385,25	De domiciliados no país	101,00
<b>Total do Ativo</b>	<b>29.109.486,25</b>	Reservas de capital	29.109.385,25
		Lucros/(Prejuízos) acumulados	(12.761,92)
		<b>Total do Passivo e Patrimônio</b>	<b>Líquido</b>
		<b>Líquido</b>	<b>29.109.486,25</b>
Demonstração do Resultado do Exercício			
	31/12/2024		31/12/2024
Despesas/Receitas Operacionais	(12.761,92)	<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro</b>	<b>–</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(12.761,92)	<b>Lucro/(Prejuízo) do Exercício</b>	<b>(12.761,92)</b>
Despesas tributárias	(12.761,92)	Nº de Ações	101
<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>(12.761,92)</b>	Lucro (prejuízo) por Ação:	(126,36)
A Diretoria			
Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3			

### PT-LAN Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 45.240.927/0001-37

Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024 (Valores expressos em Reais)

Balanço Patrimonial			
Ativo	31/12/24	Passivo	31/12/24
<b>Ativo Circulante</b>	<b>–</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>46,50</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>3.779.978,53</b>	Outras Obrigações	46,50
Imobilizado de Uso	3.779.978,53	Demais Impostos e Contribuições a Recolher	46,50
Outros Bens do Imob de Uso (depreciações Acumuladas)	4.180.000,00	<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>20.270,87</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>3.779.978,53</b>	Exigível a Longo Prazo	20.270,87
		Outras Obrigações	20.270,87
		Diversos	20.270,87
<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>	<b>31/12/24</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>3.759.661,16</b>
<b>Resultado Bruto</b>	<b>–</b>	Capital:	4.180.101,00
Despesas/Receitas Operacionais	(420.439,84)	De Domiciliados no País	4.180.101,00
Despesas Gerais e Administrativas	(420.439,84)	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	(420.439,84)
Outras despesas administrativas	(419.837,95)	<b>Total do Passivo e Patrimônio</b>	<b>Líquido</b>
Despesas tributárias	(601,89)	<b>Líquido</b>	<b>3.779.978,53</b>
<b>Lucro/(Prejuízo) do Período</b>	<b>(420.439,84)</b>	A Diretoria	
Nº de Quotas:	4.180.101	Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves	
Lucro (prejuízo) por Quota:	(0,10)	Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3	





## PUBLICIDADE LEGAL

**Dólar recua para R\$ 5,40 e fecha no menor nível em mais de um ano**

Após rondar a estabilidade ao longo da tarde, o dólar à vista se firmou em baixa na última hora de negócios, encerrando a sessão desta quinta-feira, 3, em queda de 0,28%, a R\$ 5,4050, perto da mínima do dia (R\$ 5,4040). Trata-se do menor valor de fechamento desde 24 de junho (R\$ 5,3904).

Operadores relatam possível entrada de fluxo para a bolsa e para a renda fixa domésticas. A liquidez mais reduzida, na véspera do feriado de 4 de julho nos EUA, onde os mercados estarão fechados, deixou a formação da taxa de câmbio mais sujeita a transações pontuais.

Dados fortes do mercado de trabalho americano esfriaram as apostas em cortes de juros pelo Federal Reserve já neste mês, levando ao fortalecimento do dólar ante pares, como o euro e o iene, e à alta das taxas dos Treasuries. Boa parte das divisas emergentes, contudo, subiu em relação ao dólar, apoiada pela valorização de commodities, como o minério de ferro, na esteira de dados positivos da economia chinesa.

“O real e o peso mexicano se fortaleceram com provável entrada de recursos. No Brasil, vimos isso nitidamente na bolsa, que teve um dia muito bom, quase atingindo os 141 mil pontos. E temos um carregamento muito positivo para a moeda”, afirma o economista-chefe da corretora Monte Bravo, Luciano Costa, que vê continuidade do movimento de giro global de carteiras em favor de emergentes.

IstoÉDinheiro

### Fraction 018

#### Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 39.923.349/0001-30

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 (Valores expressos em Reais)

Balanco Patrimonial		
	31/12/24	31/12/23
<b>Ativo</b>		
<b>Ativo Circulante</b>	100,00	100,00
<b>Disponibilidades</b>	100,00	100,00
Caixa e Bancos	100,00	100,00
<b>Ativo Não Circulante</b>	9.263.779,19	9.301.146,07
<b>Investimentos</b>	9.263.779,19	9.301.146,07
Outros Investimentos	9.263.779,19	9.301.146,07
<b>Total do Ativo</b>	9.263.879,19	9.301.246,07
<b>Passivo</b>		
<b>Passivo Circulante</b>	44.122,44	390.725,00
<b>Outras Obrigações</b>	44.122,44	390.725,00
Demais Impostos e Contribuições a Recolher	3.075,40	—
Diversos	41.047,04	—
<b>Passivo Não Circulante</b>	8.165,92	—
<b>Exigível a Longo Prazo</b>	8.165,92	—
<b>Outras Obrigações</b>	8.165,92	—
Diversos	8.165,92	390.725,00
<b>Patrimônio Líquido</b>	9.211.590,83	8.910.521,07
Capital:		
De Domiciliados no País	9.355.475,58	100,00
Reservas de Capital	—	8.964.650,58
Lucros/(Prejuízos) Acumulados	(143.884,75)	(54.229,51)
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	9.263.879,19	9.301.246,07
<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>		
	31/12/24	31/12/23
Despesas/Receitas Operacionais	(52.211,56)	(379,29)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.574,93)	(379,29)
Outras despesas administrativas	—	(379,29)
Despesas tributárias	(1.574,93)	—
Outras Despesas Operacionais	(50.636,62)	—
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos</b>	<b>(52.211,56)</b>	<b>(379,29)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(37.443,69)</b>	—
Despesas Financeiras	(37.443,69)	—
Prejuízos com títulos e valores mobiliários	(76,81)	—
Variáveis monetárias e cambiais passivas	(37.366,88)	—
<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>(89.655,24)</b>	<b>(379,29)</b>
<b>Resultado Líquido das Operações Continuadas</b>	<b>(89.655,24)</b>	<b>(379,29)</b>
<b>Lucro/ (Prejuízo) do Período</b>	<b>(89.655,24)</b>	<b>(379,29)</b>
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(89.655,24)	(379,29)
Atribuído a Sócios Não Controladores	—	—
Nº de Quotas:	9.355.475	100
Lucro (prejuízo) por Quota:	(0,01)	(3,79)
<b>A Diretoria</b>		
Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3		

### Fraction 017

#### Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 39.923.379/0001-47

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 (Valores expressos em Reais)

Balanco Patrimonial		
	31/12/24	31/12/23
<b>Ativo</b>		
<b>Ativo Circulante</b>	100,00	100,00
<b>Disponibilidades</b>	100,00	100,00
Caixa e Bancos	100,00	100,00
<b>Ativo Não Circulante</b>	17.564.767,35	49.568.088,51
<b>Investimentos</b>	17.564.767,35	49.568.088,51
Outros Investimentos	17.564.767,35	49.568.088,51
<b>Total do Ativo</b>	17.564.867,35	49.568.188,51
<b>Passivo</b>		
<b>Passivo Circulante</b>	44.122,44	—
<b>Outras Obrigações</b>	44.122,44	—
Demais Impostos e Contribuições a Recolher	3.075,40	—
Diversos	41.047,04	—
<b>Passivo Não Circulante</b>	876.891,18	42.723.923,08
<b>Exigível a Longo Prazo</b>	876.891,18	42.723.923,08
<b>Outras Obrigações</b>	876.891,18	42.723.923,08
Diversos	876.891,18	42.723.923,08
<b>Patrimônio Líquido</b>	16.643.853,73	6.844.265,43
Capital:		
De Domiciliados no País	57.078.094,45	100,00
Reservas de Capital	—	8.954.233,82
Lucros/(Prejuízos) Acumulados	(40.434.240,72)	(2.110.068,39)
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	17.564.867,35	49.568.188,51
<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>		
	31/12/24	31/12/23
Despesas/Receitas Operacionais	(52.211,56)	(1.390.573,48)
Despesas Gerais e Administrativas	(52.211,56)	(1.390.573,48)
Outras despesas administrativas	(50.636,62)	(1.390.573,48)
Despesas tributárias	(1.574,94)	—
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos</b>	<b>(52.211,56)</b>	<b>(1.390.573,48)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(76,81)</b>	—
Despesas Financeiras	(76,81)	—
Despesas com obrigações por empréstimos	(76,81)	—
<b>Resultado de Equivalência Patrimonial</b>	<b>(38.271.883,96)</b>	—
<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>(38.324.172,33)</b>	<b>(1.390.573,48)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro</b>	—	—
<b>Lucro/ (Prejuízo) do Período</b>	<b>(38.324.172,33)</b>	<b>(1.390.573,48)</b>
Nº de Ações	57.078.094	100
Lucro (prejuízo) por Ação:	(0,67)	(13905,73)
<b>A Diretoria</b>		
Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3		

### Tecumseh do Brasil Ltda.

CNPJ/MF nº 45.361.425/0001-64 – NIRE 35.202.650.439

Ata de Reunião de Sócios realizada em 18 de junho de 2025

A Reunião das Sócios da Tecumseh do Brasil Ltda., instalada com a presença de representantes da totalidade do capital social, independentemente de convocação, presidida e secretariada pelo Sr. **Maurício Machado**, realizou-se às 10:00 horas do dia 18/06/2025, na sede social, na Rua Coronel José Augusto de Oliveira Salles, nº 478, Vila Izabel, São Carlos-SP. Na conformidade da Ordem do Dia, as seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade: (a) **Consignar** a renúncia, em 01/06/2025, do Sr. **Maximiliano de Souza Galvão**, RG nº 16.281.563-3 SSP/SP, e CPF/MF nº 073.990.428-02, ao cargo estatutário de **Diretor de Recursos Humanos**, conforme carta de renúncia de 01/06/2025, permanecendo o terceiro cargo de diretor estatutário, então ocupado pelo diretor renunciante, vago para futuro e oportuno preenchimento; e (b) **Consignar** que, em vista da deliberação acima, a sociedade será administrada pelos Srs. (i) **João Carlos Dobner Daniel**, RG nº 59.499.819-0 SSP/SP, e CPF/MF nº 710.909.089-20, designado **Diretor Gerente**; e (ii) **Julio Cesar Pilenso Filho**, RG nº 25.282.673-5 SSP/SP, e CPF/MF nº 195.551.048-24, designado **Diretor Financeiro**, com mandatos que se estenderão até o dia 01/07/2026. Os termos desta ata foram aprovados pelas sócias presentes, que a subscrevem. São Carlos, 18/06/2025. (aa) **Maurício Machado**, Presidente e Secretário da Mesa. p.p. **7510233 Canada INC.** – Mauricio Machado; p.p. **Tecumseh Compressor Company LLC** – Mauricio Machado. **Maurício Machado** – Presidente e Secretário da Mesa.

**Renúncia Cargo de Estatutário**

Prezados Senhores representantes da sociedade empresária Tecumseh do Brasil Ltda, eu, Maximiliano de Souza Galvão, portador da Carteira de Identidade RG nº 16.281.563-3, SSP/SP, CPF/MF sob nº 073.990.428-02, designado Diretor de Recursos Humanos, cumulando, atualmente, mandato de estatutário junto à Tecumseh do Brasil Ltda, CNPJ 45.361.425/0001-64 (matriz) e 45.361.425.0005-98 (filial), cuja eleição se operou em 01/07/2023 e mandato previsto para seu término em 01/07/2026, por meio desta, comunico minha renúncia ao cargo de "Estatutário" a partir de 01/06/2025 – data a ser considerada para todos os efeitos. São Carlos (SP), 01/06/2025. Maximiliano de Souza Galvão CPF 073.990.428-02. JUCESP – Registro nº 230.639/25-2 em 24/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

### Private Equity Holding VII – Delta S.A.

CNPJ/MF nº 46.265.635/0001-11 – NIRE 35.300.592.409

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2025

**1. Data, Hora e Local:** 29/04/2025, às 11h00, na sede social da Companhia, na Rua do Rocio, nº 220, Edifício Atrium I, 9º andar, conjunto 92, parte, Vila Olímpia, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, em decorrência de estar presente o único acionista da Companhia, representando a totalidade do capital social. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Marcos de Mello Mattos Haaland**, e secretariados pelo Sr. **Daniel Fisberg**. **4. Publicações:** Dispensadas as publicações legais dos anúncios e prazo de antecedência para disponibilização de documentos, a que se refere o artigo 133 § 4º da Lei das S.A., tendo sido publicados o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, nas Publicações Legais do Jornal "Data Mercantil", no dia 28/03/2025, com divulgação simultânea no website do jornal ([www.datamercantil.com.br/publicidadelegal](http://www.datamercantil.com.br/publicidadelegal)), conforme as publicações constantes do **Anexo I**, nos termos dos artigos 289 da Lei das Sociedades por Ações e a Instrução Normativa nº 112 do Departamento de Registro Empresarial e Integração. Os documentos mencionados e os documentos pertinentes a assuntos constantes da ordem do dia foram também colocados à disposição do único acionista na sede da Companhia. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a prestação de contas dos administradores, discussão e apreciação do relatório anual da administração, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024; (ii) a proposta de administração da Companhia de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2024; (iii) a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; (iv) a remuneração global da administração da Companhia o exercício de 2025; e (v) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas na presente Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"). **6. Deliberações:** Após a discussão das matérias constantes da ordem do dia, o único acionista, sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberou o quanto segue: **6.1.** Aprovar as contas dos administradores, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, todos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024. **6.2.** Aprovar a destinação do resultado negativo, conforme o preceito auferido no exercício social encerrado em 31/12/2024, no montante total de R\$ 16.332.000,00, o qual será destinado a conta de prejuízos acumulados, conforme registrado nas demonstrações financeiras da Companhia, de forma que o único acionista não fará jus ao recebimento de dividendos com relação ao exercício social findo em 31/12/2024. **6.3.** Aprovar a reeleição dos Srs. (i) **Marcos de Mello Mattos Haaland**, RG nº 9436493, SSP/SP, e CPF nº 108.082.398-05, ao cargo de Presidente do Conselho de Administração; (ii) **Daniel Fisberg**, RG nº 32.680.579 SSP/SP, e CPF nº 328.978.758-36, ao cargo de Membro do Conselho de Administração; e (iii) **Luis Felipe Françaço Pereira da Cruz**, RG nº 24.651.877-7 SSP/SP, CPF nº 282.996.318-07, ao cargo de Membro do Conselho de Administração, todos com mandato unificado de 1 ano a contar desta data, até a data de realização da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31/12/2025, permanecendo em seus cargos até a posse dos seus sucessores, conforme permite o § 4º do art. 150 da Lei das S.A.. **6.3.1.** Os Membros do Conselho de Administração, ora reeleitos conforme item 6.3. acima, tomam, posse em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse anexos à presente ata (**Anexo II**), os quais ficarão arquivados na sede da Companhia e lavrados no Livro de Registro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, na forma da legislação aplicável, e aceitam o cargo para o qual foram reeleitos, declarando expressamente, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer suas funções por lei especial, em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, nos termos do artigo 147, § 1º da Lei das S.A.. **6.4.** Aprovar o valor da remuneração global dos órgãos da administração da Companhia para o exercício a se encerrar em 31/12/2025, no valor de até R\$ 9.259.784,00. **6.5.** Autorizar os administradores da Companhia a tomarem todas as providências necessárias para efetivar as deliberações ora tomadas, podendo assinar todo e qualquer documento necessário para tanto, nos termos do Estatuto Social da Companhia. **7. Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o presidente declarou a presente Assembleia encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata, na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o artigo 130, § 1º, da Lei das S.A., que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes via plataforma DocuSign. Os membros da mesa e o único acionista da Companhia presentes reconhecem e concordam com a assinatura por meio da referida plataforma, atestando sua veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia. São Paulo/SP, 29/04/2025. (ass.:) **Mesa:** **Marcos de Mello Mattos Haaland** – Presidente; **Daniel Fisberg** – Secretário. **Acionista:** **Pátria Private Equity Fund VII – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** Por: **BRL Trust Investimentos Ltda.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 216.595/25-3 em 30/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

### Fraction 019

#### Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 39.777.282/0001-73

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 (Valores expressos em Reais)

Balanco Patrimonial		
	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo</b>		
<b>Ativo Circulante</b>	100,00	100,00
<b>Disponibilidades</b>	100,00	100,00
Caixa e bancos	100,00	100,00
<b>Ativo Não Circulante</b>	35.205.612,27	35.219.162,27
<b>Investimentos</b>	35.205.612,27	35.219.162,27
Outros investimentos	35.205.612,27	35.219.162,27
<b>Total do Ativo</b>	35.205.712,27	35.219.262,27
<b>Passivo</b>		
<b>Passivo Circulante</b>	44.122,44	—
<b>Outras Obrigações</b>	44.122,44	—
Demais impostos e contribuições a recolher	3.075,40	—
Diversos	41.047,04	—
<b>Passivo Não Circulante</b>	8.165,93	—
<b>Exigível a Longo Prazo</b>	8.165,93	—
<b>Outras Obrigações</b>	8.165,93	—
Diversos	8.165,93	—
<b>Patrimônio Líquido</b>	35.153.423,90	35.219.262,27
Capital:		
De domiciliados no país	37.248.970,90	100,00
De domiciliados no país	37.248.970,90	100,00
Reservas de capital	—	37.248.870,90
Lucros/(Prejuízos) acumulados	(2.095.547,00)	(2.029.708,63)
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	35.205.712,27	35.219.262,27
<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>		
	31/12/2024	31/12/2023
<b>Resultado Bruto</b>	—	—
Despesas/Receitas Operacionais	(65.761,56)	(1.047,00)
Despesas com Vendas	—	—
Despesas Gerais e Administrativas	(52.211,56)	(1.047,00)
Outras despesas administrativas	(50.636,62)	(1.047,00)
Despesas tributárias	(1.574,94)	—
Outras Despesas Operacionais	(13.550,00)	—
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos</b>	<b>(65.761,56)</b>	<b>(1.047,00)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(76,81)</b>	—
Despesas Financeiras	(76,81)	—
Despesas com obrigações por empréstimos	(76,81)	—
<b>Lucro/ (Prejuízo) do Período</b>	<b>(65.838,37)</b>	<b>(1.047,00)</b>
Nº de Quotas:	37.248.970	100
<b>A Diretoria</b>		
Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3		

### Fraction 048

#### Administração de Bem Próprio S.A.

CNPJ/MF nº 54.319.924/0001-84

Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024 (Valores expressos em Reais)

Balanco Patrimonial		
	31/12/2024	31/12/2024
<b>Ativo</b>		
<b>Ativo Circulante</b>	101,00	16.205,61
<b>Disponibilidades</b>	101,00	16.205,61
Caixa e bancos	101,00	16.205,61
<b>Ativo Não Circulante</b>	36.625.712,20	36.609.607,59
<b>Imobilizado de Uso</b>	36.625.712,20	36.609.607,59
Terrenos	36.625.712,20	36.609.607,59
<b>Total do Ativo</b>	36.625.813,20	36.625.813,20
<b>Passivo Circulante</b>	16.205,61	16.205,61
<b>Outras Obrigações</b>	16.205,61	16.205,61
Diversos	16.205,61	16.205,61
<b>Patrimônio Líquido</b>	36.609.607,59	36.609.607,59
Capital:		
De domiciliados no país	101,00	101,00
Reservas de capital	36.625.712,20	36.625.712,20
Lucros/(Prejuízos) acumulados	(16.205,61)	(16.205,61)
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	36.625.813,20	36.625.813,20
<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>		
	31/12/2024	31/12/2024
Despesas/Receitas Operacionais	(16.205,61)	—
Despesas Gerais e Administrativas	(16.205,61)	—
Despesas tributárias	(16.205,61)	—
<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>(16.205,61)</b>	<b>(16.205,61)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro</b>	—	—
<b>Lucro/ (Prejuízo) do Exercício</b>	<b>(16.205,61)</b>	<b>(16.205,61)</b>
Nº de Ações	—	101
Lucro (prejuízo) por Ação:	—	(160,45)
<b>A Diretoria</b>		
Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3		

## PUBLICIDADE LEGAL

<b>Fraction 045</b>			
<b>Administração de Bem Próprio S.A.</b>			
CNPJ/MF nº 49.009.431/0001-08			
Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024 (Valores expressos em Reais)			
<b>Balanco Patrimonial</b>			
<b>Ativo</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>Passivo</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>185.122,51</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>1.908.027,15</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>157.675,70</b>	<b>Outras Obrigações</b>	<b>1.908.027,15</b>
Caixa e bancos	157.675,70	Demais impostos e contribuições a recolher	285.349,55
<b>Outros Créditos</b>	<b>27.446,81</b>	Provisões para pagamentos a efetuar	1.622.677,60
Diversos	27.446,81	<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>30.539.161,24</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>132.104.888,58</b>	<b>Outras Obrigações</b>	<b>30.539.161,24</b>
<b>Outros Créditos</b>	<b>20.541.176,38</b>	Valores a pagar a sócios cotistas	30.539.161,24
Valores a receber de sociedades ligadas	20.541.176,38	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>99.842.822,70</b>
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>111.563.712,20</b>	Capital:	101,00
Terrenos	111.563.712,20	De domiciliados no país	101,00
<b>Total do Ativo</b>	<b>132.290.011,09</b>	Reservas de capital	111.563.712,20
		Reservas de lucros	(11.720.990,50)
		<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>132.290.011,09</b>
<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>			
	<b>31/12/2024</b>		<b>31/12/2024</b>
Despesas/Receitas Operacionais	(11.720.943,81)	Variáveis monetárias e cambiais passivas	(46,69)
Despesas Gerais e Administrativas	(11.720.943,81)	<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>(11.720.990,50)</b>
Outras despesas administrativas	(11.686.587,14)	<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro</b>	<b>(11.720.990,50)</b>
Despesas tributárias	(34.356,67)	Lucro/(Prejuízo) do Exercício	(11.720.990,50)
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos</b>	<b>(11.720.943,81)</b>	Nº de Ações	101
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(46,69)</b>	Lucro (prejuízo) por Ação:	(116.049,41)
Despesas Financeiras	(46,69)		
<b>A Diretoria</b>			
Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/0-3			

<b>Fraction 047</b>			
<b>Administração de Bem Próprio S.A.</b>			
CNPJ/MF nº 54.319.964/0001-26			
Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024 (Valores expressos em Reais)			
<b>Balanco Patrimonial</b>			
<b>Ativo</b>	<b>31/12/24</b>	<b>Passivo</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>101,00</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>16.387,92</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>101,00</b>	<b>Outras Obrigações</b>	<b>16.387,92</b>
Caixa e bancos	101,00	Diversos	16.387,92
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>37.020.712,20</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>37.004.425,28</b>
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>37.020.712,20</b>	Capital:	101,00
Terrenos	37.020.712,20	De domiciliados no país	101,00
<b>Total do Ativo</b>	<b>37.020.813,20</b>	Reservas de capital	37.020.712,20
		Lucros/(Prejuízos) acumulados	(16.387,92)
		<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>37.020.813,20</b>
<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>			
	<b>31/12/2024</b>		<b>31/12/2024</b>
Despesas/Receitas Operacionais	(16.387,92)	<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro</b>	<b>(16.387,92)</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(16.387,92)	Lucro/(Prejuízo) do Exercício	(16.387,92)
Despesas tributárias	(16.387,92)	Nº de Ações	101
<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>(16.387,92)</b>	Lucro (prejuízo) por Ação:	(162,26)
<b>A Diretoria</b>			
Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/0-3			

<b>Fraction 050</b>			
<b>Administração de Bem Próprio S.A.</b>			
CNPJ/MF nº 55.225.822/0001-62			
Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024 (Valores expressos em Reais)			
<b>Balanco Patrimonial</b>			
<b>Ativo</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>Passivo</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>101,00</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>10.128,51</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>101,00</b>	<b>Outras Obrigações</b>	<b>10.128,51</b>
Caixa e bancos	101,00	Diversos	10.128,51
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>23.364.721,80</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>23.354.694,29</b>
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>23.364.721,80</b>	Capital:	101,00
Terrenos	23.364.721,80	De domiciliados no país	101,00
<b>Total do Ativo</b>	<b>23.364.822,80</b>	Reservas de capital	23.364.721,80
		Lucros/(Prejuízos) acumulados	(10.128,51)
		<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>23.364.822,80</b>
<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>			
	<b>31/12/2024</b>		<b>31/12/2024</b>
Despesas/Receitas Operacionais	(10.128,51)	<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro</b>	<b>(10.128,51)</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(10.128,51)	Lucro/(Prejuízo) do Exercício	(10.128,51)
Despesas tributárias	(10.128,51)	Nº de Ações	101
<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>	<b>(10.128,51)</b>	Lucro (prejuízo) por Ação:	(100,28)
<b>A Diretoria</b>			
Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/0-3			

<b>PS-FMV Administração de Bem Próprio S.A.</b>			
CNPJ/MF nº 49.009.072/0001-99			
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 (Valores expressos em Reais)			
<b>Balanco Patrimonial</b>			
<b>Ativo</b>	<b>31/12/24</b>	<b>31/12/23</b>	
<b>Ativo Circulante</b>	<b>101,00</b>	<b>101,00</b>	
<b>Disponibilidades</b>	<b>101,00</b>	<b>101,00</b>	
Caixa e Bancos	101,00	101,00	
<b>Total do Ativo</b>	<b>101,00</b>	<b>101,00</b>	
<b>Passivo</b>	<b>31/12/24</b>	<b>31/12/23</b>	
<b>Passivo Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>101,00</b>	<b>101,00</b>	
Capital:	101,00	101,00	
De Domiciliados no País	101,00	101,00	
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>101,00</b>	<b>101,00</b>	
<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>			
	<b>31/12/24</b>	<b>31/12/23</b>	
Despesas/Receitas Operacionais	(1.604,65)	-	
Despesas Gerais e Administrativas	(1.604,65)	-	
Outras despesas administrativas	(1.604,65)	-	
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos</b>	<b>(1.604,65)</b>	<b>-</b>	
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>1.604,65</b>	<b>-</b>	
Receitas Financeiras	1.604,65	-	
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	1.604,65	-	
<b>Lucro/(Prejuízo) do Período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-	-	
Atribuído a Sócios Não Controladores	-	-	
Nº de Ações	101	101	
Lucro (prejuízo) por Ação:	0,00	0,00	
<b>A Diretoria</b>			
Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/0-3			

<b>Monde Bleu</b>			
<b>Administração de Bem Próprio S.A.</b>			
CNPJ/MF nº 49.009.413/0001-26			
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 (Valores expressos em Reais)			
<b>Balanco Patrimonial</b>			
<b>Ativo</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	
<b>Ativo Circulante</b>	<b>309.514,37</b>	<b>230.853,45</b>	
<b>Disponibilidades</b>	<b>145.625,23</b>	<b>230.488,03</b>	
Caixa e bancos	145.625,23	230.488,03	
<b>Outros Créditos</b>	<b>163.889,14</b>	<b>365,42</b>	
Diversos	163.889,14	365,42	
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>26.034.790,48</b>	<b>32.935.664,37</b>	
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>159.134,42</b>	<b>35.304,36</b>	
<b>Outros Créditos</b>	<b>159.134,42</b>	<b>35.304,36</b>	
Diversos	159.134,42	35.304,36	
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>25.875.656,06</b>	<b>32.900.360,01</b>	
Outros bens do imob de uso (Depreciações acumuladas)	35.175.170,80	35.164.990,00	
<b>Total do Ativo</b>	<b>26.344.304,85</b>	<b>33.166.517,82</b>	
<b>Passivo</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	
<b>Passivo Circulante</b>	<b>30.785,29</b>	<b>7.688,48</b>	
<b>Outras Obrigações</b>	<b>30.785,29</b>	<b>7.688,48</b>	
Demais impostos e contribuições a recolher	1.902,08	1.438,49	
Provisões para pagamentos a efetuar	147,82	-	
Diversos	28.735,39	6.249,99	
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>392.100,09</b>	<b>422.934,52</b>	
<b>Exigível a Longo Prazo</b>	<b>392.100,09</b>	<b>422.934,52</b>	
<b>Outras Obrigações</b>	<b>392.100,09</b>	<b>422.934,52</b>	
Diversos	392.100,09	422.934,52	
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>25.921.419,47</b>	<b>32.735.894,82</b>	
Capital:	35.165.091,00	35.000.101,00	
De domiciliados no país	35.165.091,00	35.000.101,00	
Lucros/(Prejuízos) acumulados	(9.243.671,53)	(2.264.206,18)	
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>26.344.304,85</b>	<b>33.166.517,82</b>	
<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>			
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	
<b>Resultado Bruto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
Despesas/Receitas Operacionais	(6.981.369,60)	(2.264.650,66)	
Despesas Gerais e Administrativas	(7.035.109,96)	(2.264.650,66)	
Outras despesas administrativas	(7.035.021,42)	(2.264.629,99)	
Despesas tributárias	(88,54)	(20,67)	
Outras Receitas Operacionais	53.740,36	-	
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos</b>	<b>(6.981.369,60)</b>	<b>(2.264.650,66)</b>	
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>1.904,25</b>	<b>444,48</b>	
Receitas Financeiras	1.904,25	444,48	
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	1.904,25	444,48	
<b>Lucro/(Prejuízo) do Período</b>	<b>(6.979.465,35)</b>	<b>(2.264.206,18)</b>	
Nº de Quotas:	5.883.296	3.200.100	
Lucro (prejuízo) por Quota:	(1,19)	(0,71)	
<b>A Diretoria</b>			
Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/0-3			

<b>Primeaviation 2 Participações S/A</b>			
CNPJ/MF nº 15.812.162/0001-00			
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 (Valores expressos em Reais)			
<b>Balanco Patrimonial</b>			
<b>Ativo</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	
<b>Ativo Circulante</b>	<b>173.544.960,55</b>	<b>274.867.437,61</b>	
<b>Disponibilidades</b>	<b>152.953.967,30</b>	<b>10,00</b>	
Caixa e bancos	152.953.967,30	10,00	
<b>Aplicações Equivalentes de Caixa</b>	<b>935.111,42</b>	<b>2.261.971,06</b>	
Outros títulos de renda fixa	935.111,42	2.261.971,06	
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>17.700.948,83</b>	<b>272.400.948,83</b>	
Cessão de direitos – precatório	17.700.948,83	272.400.948,83	
<b>Outros Créditos</b>	<b>1.954.933,00</b>	<b>204.507,72</b>	
Créditos tributários	722.798,49	104.507,72	
Diversos	1.232.134,51	100.000,00	
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>1.246.568.151,60</b>	<b>607.866.821,81</b>	
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>9.955.341,13</b>	<b>6.613.334,16</b>	
Cotas de fundos de investimentos	9.955.341,13	6.613.334,16	
<b>Outros Créditos</b>	<b>498.612.121,41</b>	<b>133.239.791,64</b>	
Valores a receber de sociedades ligadas	421.604.621,41	133.239.791,64	
Diversos	77.007.500,00	-	
<b>Investimentos</b>	<b>732.349.569,69</b>	<b>462.182.670,70</b>	
Particip. Coligadas/Controladas: No País	687.349.569,69	145.578.699,91	
Outros investimentos	45.000.000,00	316.603.970,79	
<b>Imobilizado de Uso</b>	<b>5.651.119,37</b>	<b>5.831.025,31</b>	
Imóveis	3.804.859,87	3.551.755,72	
Outros bens do imob de uso (Depreciações acumuladas)	2.372.348,29	2.366.155,96	
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.420.113.112,15</b>	<b>882.734.259,42</b>	
<b>Passivo</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	
<b>Passivo Circulante</b>	<b>2.285.992,03</b>	<b>279.087,35</b>	
<b>Outras Obrigações</b>	<b>2.285.992,03</b>	<b>279.087,35</b>	
Demais impostos e contribuições a recolher	271.248,58	253.201,21	
Provisões para pagamentos a efetuar	351.672,15	25.886,14	
Diversos	1.663.071,30	-	
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>1.238.885.859,29</b>	<b>867.936.016,26</b>	
<b>Exigível a Longo Prazo</b>	<b>1.238.885.859,29</b>	<b>867.936.016,26</b>	
<b>Recursos de Debêntures</b>	<b>555.943.746,71</b>	<b>320.428.890,53</b>	
Empréstimos no Exterior	555.943.746,71	320.428.890,53	
<b>Outras Obrigações</b>	<b>682.942.112,58</b>	<b>547.507.125,73</b>	
Valores a para para sociedades ligadas	682.942.112,58	547.507.125,73	
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>178.941.260,83</b>	<b>145.159.155,81</b>	
Capital:	144.666.563,52	63.306.179,67	
De domiciliados no país	144.666.563,52	63.306.179,67	
Reservas de capital	-	81.360.383,46	
Ajustes de avaliação patrimonial	(2.029.693,30)	(974.675,27)	
Lucros/(Prejuízos) acumulados	36.304.390,61	(129.172.732,05)	
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>1.420.113.112,15</b>	<b>882.734.259,42</b>	
<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>			
	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>	
Despesas/Receitas Operacionais	(60.713.907,27)	(39.915.888,61)	
Despesas Gerais e Administrativas	(49.015.066,77)	(27.436.254,61)	
Outras despesas administrativas	(46.901.635,40)	(25.651.346,61)	
Despesas tributárias	(1.927.333,10)	(1.599.133,12)	
Despesas de depreciação e amortização	(186.098,27)	(185.774,88)	

## PUBLICIDADE LEGAL

## Petróleo fecha em queda, com possível retomada do diálogo EUA-Irã e dólar forte após payroll

Os contratos futuros do petróleo fecharam em queda nesta quinta-feira, 3, em meio a sinais de possível retomada das negociações nucleares entre EUA e Irã e expectativas para aumento da oferta dos principais países exportadores. O dólar forte também pressionou o óleo, após forte payroll de junho.

A commodity acentuou recuo após informações de que altas autoridades do Irã e dos Estados Unidos planejam retomar negociações nucleares em breve, após o cessar-fogo entre o país persa e Israel. Investidores ainda seguem com expectativas de que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) anuncie um novo grande aumento de oferta na reunião deste domingo. O forte avanço do dólar, especialmente após a divulgação do payroll de junho, também ajudou a pressionar o óleo.

Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o petróleo WTI para agosto fechou em queda de 0,67% (US\$ 0,45), a US\$ 67,00 o barril. Já o Brent para setembro, negociado na Intercontinental Exchange (ICE), recuou 0,45% (US\$ 0,31), a US\$ 68,80 o barril.

Segundo o Axios, o enviado especial da Casa Branca para o Oriente Médio, Steve Witkoff, está planejando se encontrar com o ministro das Relações Exteriores do Irã, Seyed Abbas Araghchi, já na semana que vem em Oslo, Noruega.

IstoÉDinheiro

PT-PVH Administração de Bem Próprio S.A.			
CNPJ/MF nº 39.923.369/0001-01			
Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024 (Valores expressos em Reais)			
Balanco Patrimonial			
Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	31/12/24	Passivo Circulante	31/12/24
Disponibilidades	5.478.770,98	Outras Obrigações	44.330,26
Caixa e Bancos	1,00	Demais Impostos e Contribuições a Recolher	3.401,05
Aplicações Equivalentes de Caixa	777.629,46	Diversos	40.929,21
Cotas de Fundos de Investimentos	277.557,58		
Outros Títulos de Renda Fixa	500.071,88		
Outros Créditos	4.701.140,52	Passivo Não Circulante	14.395.015,90
Créditos Tributários	62.844,48	Exigível a Longo Prazo	14.395.015,90
Diversos	4.638.296,04	Outras Obrigações	14.395.015,90
(-) Prov. p/ Outros Cred. Liq. Duvidosas	-	Diversos	14.395.015,90
Ativo Não Circulante	15.855.904,79		
Realizável a Longo Prazo	2.161.044,00	Patrimônio Líquido	6.895.329,61
Outros Créditos	2.161.044,00	Capital:	14.816.196,77
Diversos	2.161.044,00	De Domiciliados no País (Capital a Realizar)	22.224.295,15
Imobilizado de Uso	13.694.860,79	(Capital a Realizar)	(7.408.098,38)
Outros Bens do Imob de Uso (depreciações Acumuladas)	21.902.043,24	Lucros/(Prejuizos) Acumulados	(7.920.867,16)
(8.207.182,45)		Total do Passivo e Patrimônio Líquido	21.334.675,77
Total do Ativo	21.334.675,77		
Demonstração do Resultado do Exercício			
31/12/24		31/12/24	
Despesas/Receitas Operacionais	(2.193.445,28)	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(2.123.517,89)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.193.445,28)	Resultado Líquido das Operações Continuadas	(2.123.517,89)
Outras despesas administrativas	(2.190.204,36)	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Op. Descontinuadas	
Despesas tributárias	(3.240,92)	Lucro/(Prejuízo) do Período	(2.123.517,89)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(2.193.445,28)	Atribuído a Sócios da Empresa	
Resultado Financeiro	69.927,39	Controladora	(2.123.517,89)
Receitas Financeiras	69.927,39	Atribuído a Sócios Não Controladores	
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	65.552,27	Nº de Ações	845.328
Rendas de títulos e valores mobiliários	230,12	Lucro (prejuízo) por Ação:	(2,51)
Variações monetárias e cambiais Ativas	4.145,00		
A Diretoria			
Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3			

Prime PT-XGS Administração de Bem Próprio S.A.			
CNPJ/MF nº 23.568.425/0001-05			
Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024 (Valores expressos em Reais)			
Balanco Patrimonial			
Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	31/12/24	Passivo Circulante	31/12/24
Disponibilidades	451.593,52	Obrigações por Empréstimos	2.420.830,37
Caixa e Bancos	1,00	Empréstimos no País	2.361.665,20
Aplicações Equivalentes de Caixa	372.138,94	Outras Obrigações	59.165,17
Cotas de Fundos de Investimentos	6.968,61	Demais Impostos e Contribuições a Recolher	20.162,35
Outros Títulos de Renda Fixa	365.170,33	Provisões para Pagamentos a Efetuar	39.002,82
Outros Créditos	79.453,58	Passivo Não Circulante	6.905.243,16
Créditos Tributários	79.453,58	Exigível a Longo Prazo	6.905.243,16
		Outras Obrigações	6.905.243,16
Ativo Não Circulante	9.981.800,02	Diversos	6.905.243,16
Realizável a Longo Prazo	8.048.466,48	Patrimônio Líquido	1.107.320,01
Outros Créditos	8.048.466,48	Capital:	4.000.100,00
Diversos	8.048.466,48	De Domiciliados no País	4.000.100,00
Imobilizado de Uso	1.933.333,54	Lucros/(Prejuizos) Acumulados	(2.892.779,99)
Outros Bens do Imob de Uso (Depreciações Acumuladas)	4.000.000,00	Patrimônio Líquido Atribuível aos Controladores	1.107.320,01
(2.066.666,46)		Total do Passivo e Patrimônio Líquido	10.433.393,54
Total do Ativo	10.433.393,54		
Demonstração do Resultado do Exercício			
31/12/24		31/12/24	
Despesas/Receitas Operacionais	(400.449,85)	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(390.774,30)
Despesas Gerais e Administrativas	(400.449,85)	Resultado Líquido das Operações Continuadas	(390.774,30)
Outras despesas administrativas	(399.999,96)	Lucro/(Prejuízo) do Período	(390.774,30)
Despesas tributárias	(449,89)	Atribuído a Sócios da Empresa	
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(400.449,85)	Controladora	(390.774,30)
Resultado Financeiro	9.675,55	Atribuído a Sócios Não Controladores	
Receitas Financeiras	9.675,55	Nº de Ações	845.328
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	2.813,38	Lucro (prejuízo) por Ação:	(0,46)
Variações monetárias e cambiais Ativas	6.862,17		
A Diretoria			
Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3			

PS-MGG Administração de Bem Próprio S.A.			
CNPJ/MF nº 49.040.895/0001-87			
Demonstrações Financeiras referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024 (Valores expressos em Reais)			
Balanco Patrimonial			
Ativo		Passivo	
Ativo Circulante	31/12/24	Passivo Circulante	31/12/24
Disponibilidades	1.978.797,42	Outras Obrigações	265.980.943,70
Caixa e Bancos	1,00	Demais Impostos e Contribuições a Recolher	5.359,17
Aplicações Equivalentes de Caixa	1.978.796,42	Provisões para Pagamentos a Efetuar	265.975.584,53
Outros Títulos de Renda Fixa	1.978.796,42	Passivo Não Circulante	261.225.197,08
		Exigível a Longo Prazo	261.225.197,08
Ativo Não Circulante	522.128.930,08	Outras Obrigações	261.225.197,08
Outros Créditos	1.490.000,00	Diversos	261.225.197,08
Diversos	1.490.000,00	Patrimônio Líquido	(3.098.413,28)
Imobilizado de Uso	520.638.930,08	Capital:	1.500.101,00
Outros Bens do Imob de Uso (depreciações Acumuladas)	524.303.416,32	De Domiciliados no País	1.500.101,00
(3.664.486,24)		Lucros/(Prejuizos) Acumulados	(4.598.514,28)
Total do Ativo	524.107.727,50	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	524.107.727,50
Demonstração do Resultado do Exercício			
31/12/24		31/12/24	
Despesas/Receitas Operacionais	(4.599.149,88)	Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	663,37
Despesas Gerais e Administrativas	(934.535,19)	Despesas Financeiras	(27,77)
Despesas com pessoal	(421,04)	Prejuizos com títulos e valores mobiliários	(27,77)
Outras despesas administrativas	(934.083,30)	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(4.598.514,28)
Despesas tributárias	(30,85)	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-
Despesas de depreciação e amortização	(3.664.486,24)	Lucro/(Prejuízo) do Exercício	(4.598.514,28)
Outras Despesas Operacionais	(128,45)	Nº de Ações	1.500.101
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(4.599.149,88)	Lucro (prejuízo) por Ação:	(3,07)
Resultado Financeiro	635,60		
Receitas Financeiras	663,37		
A Diretoria			
Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3			

Prime Aviation Participações e Serviços S.A.			
CNPJ/MF nº 10.534.900/0001-72			
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 (Valores expressos em Reais)			
Balanco Patrimonial			
Ativo		31/12/2024	
Ativo Circulante	31/12/2024	31/12/2023	
Caixa e equivalentes de caixa	1.319.163	446.802	
Contas a receber	4.944.388	3.715.987	
Redução ao valor recuperável	(788.254)	(120.680)	
Créditos diversos	534.580	153.371	
Impostos a recuperar	196.776	100.471	
Outros valores e bens	432.446	84.978	
Total do ativo circulante	6.639.099	4.380.929	
Ativo Não Circulante			
Créditos diversos	21.271.077	11.560.858	
Investimentos	200.073	200.000	
Imobilizado	2.973.296	3.467.630	
Intangível	330	330	
Direito de uso em arrendamento	1.238.091	1.768.702	
Total do ativo não circulante	25.682.868	16.997.521	
Total do ativo	32.321.967	21.378.449	
Passivo e patrimônio líquido	31/12/2024	31/12/2023	
Circulante			
Empréstimos no país	5.348.497	-	
Obrigações tributárias	1.091.635	725.961	
Obrigações trabalhistas	924.249	585.679	
Outras contas a pagar	284.502	13.806.738	
Arrendamento a pagar	1.255.525	1.757.472	
Total do passivo circulante	8.904.407	16.875.849	
Não circulante			
Empréstimos no país	7.965.192	-	
Cretores diversos	4.955.357	-	
Total do passivo não circulante	12.920.549	-	
Patrimônio líquido			
Capital social	914.756	914.756	
Reserva legal	182.951	182.951	
Reserva especial	9.399.303	3.404.893	
Total do patrimônio líquido	10.497.010	4.502.600	
Total do passivo e patrimônio líquido	32.321.967	21.378.449	
Demonstração do Resultado do Exercício			
31/12/2024		31/12/2023	
Receita de venda de bens e/ou serviços	26.689.208	16.987.272	
Receita líquida de prestação de serviços	26.689.208	16.987.272	
Despesas gerais e administrativas			
Outras despesas administrativas e pessoais	(15.601.035)	(11.686.725)	
Despesas tributárias	(140.463)	(58.267)	
Despesas de depreciação e amortização	(962.609)	(881.360)	
Provisões operacionais	(667.574)	17.818	
Outras receitas e despesas operacionais	8.786	(889.621)	
(=) Resultado operacional	9.326.312	3.489.116	
Resultado financeiro	(258.027)	(107.674)	
Resultado não operacional	77.664	-	
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	9.145.950	3.381.441	
(-) Imposto de Renda corrente	(2.274.191)	(1.434.593)	
(-) Contribuição Social corrente	(827.349)	(525.094)	
(=) Lucro líquido do exercício	6.044.409	1.421.755	
Nº de ações	659.213	659.213	
Lucro por ação	9,17	2,16	
A Diretoria			
Ignis Contábil Ltda., Nivia Maria Gonçalves – Contadora CRC nº 1SP 215.294/O-3			

Zhou Administração de Bem Próprio S.A.			
CNPJ/MF nº 23.568.401/0001-48			
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 (Valores expressos em Reais)			
Balanco Patrimonial			
Ativo		31/12/2024	
Ativo Circulante	31/12/2024	31/12/2023	
Disponibilidades	46.083,06	80.883,69	
Caixa e bancos	1,00	1,00	
Aplicações Equivalentes de Caixa	547,62	20.233,15	
Cotas de fundos de investimentos	547,62	20.233,15	
Títulos e Valores Mobiliários	39.029,36	56.530,96	
Outros títulos de renda fixa	39.029,36	56.530,96	
Outros Créditos	6.505,08	4.118,58	
Créditos tributários	4.966,28	-	
Diversos	1.538,80	4.118,58	
Ativo Não Circulante	250.829,07	31.653,64	
Realizável a Longo Prazo	250.829,07	31.653,64	
Outros Créditos	250.829,07	31.653,64	
Diversos	250.829,07	31.653,64	
Imobilizado de Uso	-	-	
Outros bens do imob de uso (depreciações acumuladas)	3.200.000,00	3.200.000,00	
(3.200.000,00)			
Total do Ativo	296.912,13	112.537,33	
Passivo	31/12/2024	31/12/2023	
Passivo Circulante	19.489,27	41.954,02	
Outras Obrigações	19.489,27	41.954,02	
Impostos e contribuições sobre salários	-	4.650,45	
Demais impostos e contribuições a recolher	2.157,36	1.904,39	
Provisões para pagamentos a efetuar	16.639,23	11.528,23	
Diversos	692,68	23.870,95	
Passivo Não Circulante	244.338,21	39.365,25	
Exigível a Longo Prazo	244.338,21	39.365,25	
Outras Obrigações	244.338,21	39.365,25	
Diversos	244.338,21	39.365,25	
Patrimônio Líquido	33.084,65	31.218,06	
Capital:	3.200.100,00	3.200.100,00	
De domiciliados no país	3.200.100,00	3.200.100,00	
Lucros/(Prejuizos) acumulados	(3.167.015,35)	(3.168.881,94)	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	296.912,13	112.537,33	
Demonstração do Resultado do Exercício			
31/12/2024		31/12/2023	
Despesas/Receitas Operacionais	(109,41)	(489.414,11)	
Despesas Gerais e Administrativas	(109,41)	(489.414,11)	
Outras despesas administrativas	-	(488.602,32)	
Despesas tributárias	(109,41)	(81,79)	
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(109,41)	(489.414,11)	
Resultado Financeiro	2.352,91	18.750,79	
Receitas Financeiras	2.352,91	18.750,79	
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	1.922,52	17.457,80	
Rendas de títulos e valores mobiliários	-	1.292,99	
Variações monetárias e cambiais Ativas	430,39	-	
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.243,50	(470.663,32)	
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(376,91)	-	
Imposto de renda	(235,57)	-	
Corrente	(235,57)	-	
Contribuição social	(141,34)	-	
Corrente	(141,34)	-	
Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.866,59	(470.663,32)	

## NEGÓCIOS

### Wise aposta no Brasil para expandir crescimento na América Latina



A Wise, fintech global especializada em câmbio, definiu o Brasil como seu novo hub e polo central para os negócios na América Latina.

Amaral diz que o Brasil é visto como um centro de desenvolvimento de tecnologia financeira, sobretudo no que tange produtos para fintechs.

Entre agosto de 2024 e julho deste ano, a empresa registrou um crescimento de 50% no número de cartões emitidos, totalizando 3 milhões.

Segundo essa aposta, a Wise lançou um novo produto para seus clientes

poderem fazer seus recursos em moeda estrangeira renderem com facilidade, em parceria com a Genial Investimentos.

O produto consiste em realizar uma ponte para o usuário aplicar dólar, libra ou euro em fundos de títulos públicos destas economias. Segundo Amaral, o diferencial competitivo da opção está na variedade de divisas a serem escolhidas e o acesso fácil aos recursos.

Segundo a Wise, 90% dos saldos mantidos por seus usuários brasileiros estão em moeda estrangeira, com 80% desses valores especificamente em dólares, euros ou libras esterlinas.

"Nossos clientes têm nos dito que desejam uma forma simples e transparente de obter retorno sobre os valores que mantêm com a Wise em outras moedas. A partir deste feedback, desenvolvemos algo diferente de uma conta poupança tradicional ou de uma plataforma de investimentos", disse Amaral.

Adicionalmente, a Wise também disse que está reforçando seu investimento no Brasil, com a expansão do seu escritório em São Paulo e a previsão de dobrar o número de funcionários no país até o fim de 2025, dos atuais cerca de 350.

CNN

### Festas juninas puxam alta de mais de 11% no comércio de São Paulo

O mês de junho é tradicionalmente movimentado pelas festas juninas, seja nas igrejas, escolas ou até em casa, e as pessoas se preparam para aproveitar essa comemoração.

Segundo pesquisa do Instituto Locomotiva e QuestionPro, quatro em cada dez brasileiros pretendem gastar mais de R\$ 200 nos festejos de São João.

Essa intenção se destaca no Nordeste, seguido pelas regiões Norte e Sudeste.

Os gastos envolvem desde alimentos e bebidas, roupas, adereços e ingressos para festas.

Já 52% dos 1,5 mil entrevistados disseram que vão gastar até R\$ 200 e somente 7% afirmaram que não pretendem desembolsar nenhum valor neste período.

Mesmo que mais de 80% das pessoas pretendam participar de alguma atividade relacionada às festas juninas este ano, controlar os gastos se mostra recorrente: mais da metade dos entrevistados (51%) indicou que querem ir a algum festejo de rua sem pagar.

Enquanto 41% afirmaram que devem ir a uma festa junina na casa de amigos ou familiares, e 37% apontaram comparecer à comemoração em igrejas ou quermesses.

Projeções feitas a pedido da CNN estimavam que as festas de Santo Antônio, São Pedro e São João poderiam movimentar até R\$ 7,4 bilhões neste ano. O valor está concentrado no comércio e no turismo, com maior destaque para as áreas de alimentos e têxtil.

CNN



### C&M diz que foi vítima de uma 'ação criminosa externa' e que sistemas críticos seguem íntegros



A C&M Software divulgou na tarde desta quinta-feira, 3, novas informações sobre o incidente de segurança que resultou em um desvio de ao menos R\$ 800 milhões na última terça-feira, 1º, um dos maiores já registrados no sistema financeiro do país.

Em um artigo publicado no seu site, a empresa nega responsabilidade pelo incidente e diz que foi vítima de uma "ação criminosa externa", originada a partir da violação do ambiente de um cliente, cujas credenciais de integração foram indevidamente utilizadas.

"A CMSW é vítima da ação criminosa, tanto pelo uso fraudulento de seus serviços quanto pela exposição gerada por credenciais

externas comprometida", diz a empresa. "Não houve invasão direta aos sistemas da CMSW. Os sistemas críticos seguem íntegros e operacionais."

Segundo a prestadora de serviços, o ataque foi executado a partir de uma simulação fraudulenta de integração, em que um terceiro usou as credenciais legítimas de um cliente para acessar os serviços como se fosse uma instituição financeira autorizada.

A C&M é uma multinacional que interliga algumas instituições financeiras ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive o Pix. Mais cedo, a empresa obteve autorização do Banco Central para retomar parcialmente a prestação de serviços.

A C&M disse que conduz um "diálogo maduro e técnico" com o Banco Central não apenas para solucionar este episódio, mas para contribuir com o aperfeiçoamento da governança do ecossistema de pagamentos. Informou, ainda, que "permanece em regime de acompanhamento próximo pelas autoridades, mas não há mais impedimento regulatório para a operação do Pix."

A empresa afirma, ainda, que algumas funcionalidades do "Corner", o seu sistema de integração para a infraestrutura de pagamentos, ajudam a evitar esse tipo de incidente, mas que seus clientes têm autonomia para não usar todas as seguranças.

IstoÉDinheiro